

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	25	1.025.551	888.804	1.029.605	898.779
Variação do valor justo dos ativos biológicos	16, 26	11.009	12.226	18.374	7.970
Custo dos produtos vendidos	26	(717.538)	(640.866)	(722.663)	(638.349)
LUCRO BRUTO		319.022	260.164	325.316	268.400
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Com vendas	26	(89.676)	(80.136)	(90.657)	(83.270)
Perdas por <i>impairment</i> contas a receber		(989)	(595)	(1.268)	(595)
Gerais e administrativas	26	(68.784)	(59.343)	(70.660)	(61.905)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	13.863	86.466	12.869	82.492
Participação dos administradores	20	(10.085)	-	(10.085)	-
Resultado da equivalência patrimonial	13	2.598	(1.527)	-	-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		165.949	205.029	165.515	205.122
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	28	(56.773)	(234.669)	(55.601)	(234.647)
Receitas financeiras		28.111	77.247	28.253	77.285
Despesas financeiras		(84.884)	(311.916)	(83.854)	(311.932)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS		109.176	(29.640)	109.914	(29.525)
Imposto de renda e contribuição social corrente	29	(23.762)	-	(24.295)	(299)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	7.347	56.096	7.142	56.280
LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		92.761	26.456	92.761	26.456
Operação descontinuada					
PREJUÍZO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		-	(106.048)	-	(106.048)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		92.761	(79.592)	92.761	(79.592)
Lucro (Prejuízo) atribuível a:					
Acionistas controladores		92.761	(79.592)	92.761	(79.592)
Acionistas não controladores		-	-	-	-
		92.761	(79.592)	92.761	(79.592)
Operações continuadas					
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ON - R\$	24	0,3647	0,1610	0,3647	0,1610
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO PN - R\$	24	-	0,1610	-	0,1610
Operações descontinuas					
(PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ON - R\$	24	-	(0,6453)	-	(0,6453)
(PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO PN - R\$	24	-	(0,6453)	-	(0,6453)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Lucro/ (Prejuízo) líquido do exercício	92.761	(79.592)	92.761	(79.592)
Itens a serem posteriormente reclassificados no resultado	-	108.691	-	108.691
<i>Hedge accounting</i> de fluxo de caixa	-	164.683	-	164.683
IR e CSLL <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	-	(55.992)	-	(55.992)
Outros resultados abrangentes	-	108.691	-	108.691
Atribuível a acionistas controladores	92.761	29.099	92.761	29.099
Resultado abrangente do exercício	92.761	29.099	92.761	29.099

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

IRANI PAPER E EMBALAGEM S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de Reais)

Nota explicativa	Capital social		Ações em tesouraria	Pagamento baseado em ações	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Participação atribuída aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
	Capital social	Custos na emissão de ações			Legal	Estatutária de ativos biológicos	Retenção de lucros						
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2019	161.895	-	(6.834)	960	176	24.311	42.982	4.990	78.906	-	307.386	8	307.394
Total do resultado abrangente do exercício													
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(79.592)	-	-	(79.592)
<i> Hedge accounting </i> de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	108.691	-	-	-	108.691
Realização • custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	-	(23.893)	23.893	-	-	-
Reserva de lucros realizada • ativos biológicos	-	-	-	-	-	(2.502)	-	-	-	2.502	-	-	-
Reserva de lucros realizada • ativos biológicos (controladas)	-	-	-	-	-	(8.047)	-	-	-	8.047	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	(10.549)	-	-	84.798	(45.150)	29.099	-	29.099
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas													
Diluição de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)
Destinações propostas	-	-	-	-	(176)	-	-	-	-	176	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	1.774	-	-	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	(44.756)	-	-	44.756	-	-	-
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	218	-	-	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	(176)	-	(42.982)	-	-	45.150	-	(2)	(2)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	161.895	-	(6.834)	960	-	13.762	-	4.990	163.704	-	336.485	6	336.491
Total do resultado abrangente do exercício													
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	92.761	-	-	92.761
Realização • custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.945)	8.945	-	-	-
Reserva de lucros realizada • ativos biológicos	-	-	-	-	-	(3.126)	-	-	-	3.126	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	(3.126)	-	-	(8.945)	104.832	92.761	-	92.761
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas													
Aumento de capital	405.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	405.000
Custos na emissão de ações	-	(22.961)	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.961)	-	(22.961)
Destinações propostas	-	-	-	-	4.538	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.538)	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	24.576	-	-	(20.357)	-	-	(20.357)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.576)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	48.595	-	-	(48.595)	-	-	(4.774)
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.992)	-	-	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	405.000	(22.961)	-	-	4.538	-	73.171	-	-	(104.832)	356.988	-	356.988
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	566.895	(22.961)	(6.834)	960	4.538	10.636	73.171	4.990	154.759	-	786.154	6	786.160

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucros/(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR)		109.176	(135.688)	109.914	(135.573)
Reconciliação do lucro líquido com o caixa líquido obtido das atividades operacionais:					
Variação do valor justo dos ativos biológicos	16.a	(11.009)	(12.226)	(18.374)	(7.970)
Depreciação, amortização e exaustão	14,15,16 e 34	71.685	107.910	77.236	122.184
Impairment sobre ativo imobilizado		-	54.856	771	54.856
Resultado na alienação de ativo imobilizado		(4.115)	(16.382)	(4.115)	(16.211)
Equivalência patrimonial	13	(2.598)	1.527	-	-
Participação dos administradores não paga		8.085	-	8.085	-
Provisão/reversão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	22	(4.845)	4.939	(4.875)	9.165
Provisão para impairment de contas a receber de clientes	6	1.121	5.398	1.400	5.398
Reversão/provisão para perdas de outros ativos		(2.029)	2.131	(2.029)	2.131
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		70.748	268.949	70.753	268.957
Juros sobre Passivos de Arrendamento		1.992	2.101	1.992	2.101
Juros sobre Aplicação Conta Vinculada		(97)	(642)	(97)	(642)
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS		(20.475)	(143.157)	(20.475)	(143.157)
		217.639	139.716	220.186	161.239
Aumento (diminuição) de ativos:					
Contas a receber		(44.313)	(707)	(44.215)	(508)
Estoques		(14.048)	(7.370)	(14.103)	(7.394)
Impostos a recuperar		75.452	(5.398)	75.441	(5.398)
Outros ativos		20.062	1.415	20.218	(224)
Dividendos recebidos		6.611	16.494	-	-
Aumento (diminuição) de passivos:					
Fornecedores		2.301	(1.423)	19.275	(5.265)
Obrigações sociais e previdenciárias		7.850	(1.204)	7.714	(934)
Adiantamentos de clientes		1.581	3.401	1.547	3.461
Obrigações tributárias		2.568	(8.616)	2.683	(7.824)
Outras contas a pagar		(2.221)	(1.883)	(2.759)	(4.231)
Caixa gerado nas operações		273.482	134.425	285.987	132.922
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		(66.528)	(21.582)	(66.528)	(21.582)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		(2.070)	(2.089)	(2.070)	(2.089)
Impostos pagos (IR e CSLL)		(20.192)	-	(21.098)	(1.422)
Caixa líquido obtido das (usado nas) atividades operacionais		184.692	110.754	196.291	107.829
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		(291.972)	-	(291.972)	-
Aquisição de imobilizado		(51.718)	(48.709)	(51.992)	(48.652)
Aquisição de ativo biológico		(13.330)	(11.765)	(16.564)	(16.587)
Aquisição de intangível		(4.175)	(17.011)	(4.175)	(17.232)
Redução de capital de não controladores		-	-	-	(2)
Recebimento em alienação de ativo Imobilizado		5.373	28.715	5.373	28.736
Adiantamento futuro aumento de capital		(8.000)	(9.000)	-	-
Bancos conta vinculada		29.262	(28.523)	29.262	(28.523)
Caixa líquido (obtido das) aplicado nas atividades de investimento		(334.560)	(86.293)	(330.068)	(82.260)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(16.544)	(3.725)	(16.544)	(3.725)
Integralização de Capital		405.000	-	405.000	-
Custos com emissão de Ações		(22.961)	-	(22.961)	-
Passivo de Arrendamento pagos		(3.992)	(3.893)	(3.992)	(3.893)
Empréstimos captados		57.908	200.512	57.908	200.512
Emissão de Debêntures (Líquido dos custos de captação)		-	493.609	-	493.609
Empréstimos e debêntures pagos		(312.152)	(763.424)	(312.196)	(763.469)
Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) atividades de financiamento		107.259	(76.921)	107.215	(76.966)
(REDUÇÃO)/AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO EXERCÍCIO		(42.609)	(52.460)	(26.562)	(51.397)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	5	78.318	130.778	80.822	132.219
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	5	35.709	78.318	54.260	80.822

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
1. RECEITAS	1.335.091	1.428.078	1.339.135	1.438.658
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.305.890	1.228.952	1.310.197	1.239.482
1.2) Outras receitas	30.322	204.524	30.338	204.574
1.3) Provisão para devedores duvidosos - constituição	(1.121)	(5.398)	(1.400)	(5.398)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	730.766	769.124	723.291	745.246
2.1) Custo das mercadorias e serviços vendidos	498.124	449.511	485.168	417.209
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	232.642	319.613	238.123	328.037
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	604.325	658.954	615.844	693.412
4. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	71.685	107.910	77.236	122.184
5. VARIAÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS BIOLÓGICOS	(11.009)	(12.226)	(18.374)	(7.970)
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4-5)	543.649	563.270	556.982	579.198
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	30.709	82.399	28.253	83.964
7.1) Resultado de equivalência patrimonial	2.598	(1.527)	-	-
7.2) Receitas financeiras	28.111	83.926	28.253	83.964
8. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)	574.358	645.669	585.235	663.162
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	574.358	645.669	585.235	663.162
9.1) Pessoal	170.212	177.885	179.891	191.085
9.1.1 - Remuneração direta	133.596	138.389	139.466	145.598
9.1.2 - Benefícios	29.436	32.226	32.921	37.819
9.1.3 - F.G.T.S.	7.180	7.270	7.504	7.668
9.2) Impostos, taxas e contribuições	197.581	162.448	199.752	166.716
9.2.1 - Federais	132.507	104.648	134.567	108.529
9.2.2 - Estaduais	62.927	55.191	62.929	55.298
9.2.3 - Municipais	2.147	2.609	2.256	2.889
9.3) Remuneração de capital de terceiros	91.648	350.486	90.675	350.511
9.3.1 - Juros	84.884	343.898	83.854	343.912
9.3.2 - Aluguéis	6.764	6.588	6.821	6.599
9.4) Remuneração de capitais próprios	104.832	(45.150)	104.832	(45.150)
9.4.1 - Dividendos	20.357	-	20.357	-
9.4.2 - Juros sobre o capital próprio	4.774	-	4.774	-
9.4.2 - Lucros/(Prejuízos) do exercício retidos	79.701	(45.150)	79.701	(45.150)
9.5) Outros	10.085	-	10.085	-
9.5.1 - Participação dos administradores	10.085	-	10.085	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.

ÍNDICE DE NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES
7. ESTOQUES
8. TRIBUTOS A RECUPERAR
9. BANCOS CONTA VINCULADA
10. OUTROS ATIVOS
11. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS
13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS
14. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO
15. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL
16. ATIVO BIOLÓGICO
17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
18. DEBÊNTURES
19. FORNECEDORES
20. PARTES RELACIONADAS
21. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS
22. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
24. RESULTADO POR AÇÃO
25. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS
26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA
27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS
28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS
29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
30. SEGUROS
31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
32. SEGMENTOS OPERACIONAIS
33. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL
34. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO
35. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA
36. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA
37. OPERAÇÃO DESCONTINUADA

Irani Papel e Embalagem S.A. – CNPJ 92.791.243/0001-03

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Irani Papel e Embalagem S.A. (“Companhia”), é uma companhia aberta domiciliada no Brasil, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, segmento Novo Mercado, e com sede na Rua General João Manoel, nº 157, 9º andar, município de Porto Alegre (RS). A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes aquelas relacionadas à indústria de embalagem de papelão ondulado, papel para embalagens, industrialização de produtos resinosos e seus derivados. Atua no segmento de florestamento e reflorestamento e utiliza como base de toda sua produção a cadeia produtiva das florestas plantadas e a reciclagem de papel.

As controladas diretas estão relacionadas na nota explicativa nº 4.

Sua controladora direta é a Irani Participações S.A., sociedade anônima brasileira de capital fechado. Sua controladora final é a empresa D.P Representações e Participações Ltda, ambas empresas do Grupo Habitasul.

1.1. Realização de Oferta Pública de Ações da Companhia e subsequente aumento de capital social

Através de reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 10 de julho de 2020, foi aprovada a realização de oferta pública com esforços restritos de colocação de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Oferta Restrita”).

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 22 de julho de 2020, foram aprovados a fixação do preço por ação de R\$ 4,50, bem como o efetivo aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado nos termos do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia, no montante de R\$ 405.000 (quatrocentos e cinco milhões de reais), mediante a emissão de 90.000.000 novas ações ordinárias da Companhia, bem como a sua homologação, no âmbito da Oferta Restrita. Os custos com a emissão de ações totalizaram R\$ 22.961 (Vinte e dois milhões, novecentos e sessenta e um mil reais), restando valor líquido de R\$ 382.049 (Trezentos e oitenta e dois milhões e quarenta e nove mil reais).

1.2. Coronavírus (COVID 19)

O exercício de 2020 foi marcado pela eclosão da síndrome aguda respiratória grave COVID-19, ou Coronavírus, declarada pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020. Durante os meses subsequentes ao início da pandemia, a Companhia tomou ações com objetivo de melhorar as condições de trabalho e auxiliar na qualidade de vida dos seus colaboradores, e também das comunidades em que vivem, dos quais podemos destacar: (i) doações de máscaras de proteção para todos os colaboradores; (ii) adequação de postos de trabalho para melhorar as condições de afastamento necessárias para as operações; (iii) adequação e melhoria nas dependências dos restaurantes das unidades industriais para atender as normas de proteção necessárias; (iv) para os trabalhadores em *home office* a Companhia está concedendo ajuda de custo para despesas pessoais com internet e energia elétrica, além de fornecer cadeira adequada para que os colaboradores exerçam suas atividades em suas casas.

No exercício de 2020, as operações industriais da Companhia seguiram em ritmo normal de produção e comercialização e a Administração avalia periodicamente as medidas de enfrentamento ao Coronavírus. Continuam sendo tomadas todas as medidas necessárias para minimizar ao máximo o impacto da COVID-19 nas suas operações, e principalmente nos colaboradores e seus familiares.

Ciente da importância para as comunidades onde atua e do seu papel no cenário econômico brasileiro, a Companhia já participa de iniciativas para o combate à COVID-19, com ações que contam também com a mobilização de diferentes recursos e experiências da Companhia, com foco em saúde e assistência social, priorizando o cuidado com as comunidades nas regiões onde a empresa possui operações. Dentre essas iniciativas, podemos destacar: i) Doação de EPIs como luvas, máscaras, álcool gel, avental e touca aos órgãos de saúde dos municípios do entorno de nossas unidades; ii) Doação de recursos financeiros ao Fundo Empresarial para Reação Articulada de Santa Catarina Contra o Coronavírus (FERA-SC), iniciativa da FIESC, e que tem por objetivo a aquisição de equipamentos e soluções de combate ao Coronavírus; iii) Doação de 2 mil caixas para nosso cliente Carzelani utilizar na doação de 1,2 milhão de litros de água sanitária, em parceria com a Unipar. O produto destinava-se à limpeza de diversos locais pelas prefeituras de São Paulo, Cubatão e Rio Grande da Serra; iv) Doação de 3.500 chapas de papelão ondulado para produção de caixas para transportar máscaras de proteção destinadas a médicos e enfermeiros que estavam na linha de frente do combate à COVID-19.

No entendimento da Administração, as medidas tomadas no exercício – e que estão em constante reavaliação – buscaram manter o nível de serviço e qualidade operacional que prezamos em nossas operações, além de buscar assegurar a saúde e bem-estar dos nossos colaboradores, fornecedores e clientes e da sociedade como um todo, apoiando o cumprimento das medidas determinadas pelas autoridades públicas. Continuaremos atuando de maneira a preservar a saúde de todos, sempre vigilantes e prontos a fazer correções de rumo conforme a evolução da situação.

Com base nas projeções de longo prazo que contemplam os fluxos de caixa projetados, a Companhia entende ter condições suficientes de manter a continuidade operacional. Da mesma forma as projeções não apresentam qualquer indicativo de necessidade de reconhecimento de *impairment* por recuperabilidade de seus ativos imobilizados ou para o *Goodwil* gerado em combinação de negócios. Também não foram identificados indicativos de necessidade de alteração das premissas utilizadas para cálculo do valor justo dos Ativos Biológicos da Companhia, em especial a taxa de desconto dos seus fluxos de caixa projetados.

Ainda, a Companhia vem mantendo avaliações de prorrogações pontuais conforme as solicitações específicas de cada cliente, e não identificou nenhum indicativo de não recebimento ou perdas diferentes das premissas anteriormente adotadas. Em relação a cadeia de suprimentos também não foi identificado qualquer indicativo de desabastecimento ou dificuldades de fornecimentos que possam prejudicar a cadeia produtiva por falta de insumos e matérias primas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia apresenta as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS – *Internacional Financial Reporting Standards*), emitidas pelo IASB – *Internacional Accounting Standards Board*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2021.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos menos despesas para vender, e instrumentos financeiros descritos nas notas explicativas nº 16 e nº 31, respectivamente.

2.1. Novas alterações de pronunciamentos ainda não vigentes

A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. As mesmas serão aplicáveis para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021. As seguintes alterações em normas vigentes não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

- CPC 25/IAS 37 alterações – Contratos Onerosos, custos para cumprir um contrato;
- CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 – Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2;

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).

2.2. Novas alterações em pronunciamentos técnicos adotados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Foram emitidas as seguintes revisões das normas abaixo pelo CPC, que entraram em vigor e foram adotadas efetivamente a partir 1º de janeiro de 2020 pela Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação:

- CPC 06/ IFRS 16 – alteração – concessões de aluguel relacionados à COVID-19.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 13/IAS 8)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* de fluxo de caixa e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de *hedge* de fluxo de caixa.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

c) Ativos financeiros

A Companhia, no reconhecimento inicial de um ativo financeiro, classificou seus ativos como a custo amortizado, a valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios

pelo qual um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido.

c.1) Ativos financeiros a custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*, quando necessário. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

c.2) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

c.3) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os créditos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A provisão para risco de crédito considera o prazo de vencimento dos títulos de contas a receber de clientes. A Companhia utiliza percentuais distintos conforme o prazo de vencimento, de forma a mensurar a probabilidade de perda, aumentando o percentual da provisão de risco de crédito conforme os títulos ficam vencidos a mais tempo.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida do ativo.

d) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

e) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Instrumentos Financeiros

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

f.1) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.

g) Estoques

São demonstrados ao menor valor entre o custo médio ponderado móvel de produção ou de aquisição, e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e gastos necessários para realizar a venda.

O custo da madeira transferida de ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apurados na data do corte.

h) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada.

Transações, saldos e ganhos não realizados nas operações entre partes relacionadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

i) Propriedade para investimento

As propriedades para investimento são mensuradas pelo método do custo, sendo seu valor justo divulgado em nota explicativa.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As receitas geradas pela propriedade para investimento que se encontra alugada são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência.

Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

j) Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes mantidos para venda, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

k) Operação descontinuada

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da entidade que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da entidade e que:

- i) representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- ii) é parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- iii) é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

l) Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Os ativos intangíveis da Companhia são formados por ágio (*goodwill*), licenças de *softwares*, marca e carteira de clientes.

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo

intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de ganho por compra vantajosa, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) e é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Os *softwares* são capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de cinco anos dos *softwares*. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As marcas registradas na Companhia não possuem vida útil definida e por esse motivo não estão sendo amortizadas.

A carteira de clientes, adquirida em uma combinação de negócios, é reconhecida pelo valor justo na data da aquisição e é contabilizada pelo seu valor justo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

m) Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia são representados principalmente por florestas plantadas de pinus que são utilizados para produção de papéis para embalagem, caixas e chapas de papelão ondulado e ainda para comercialização para terceiros e extração de goma resina. As florestas de pinus estão localizadas próximas à fábrica de celulose e papel em Santa Catarina, e também no Rio Grande do Sul, onde são utilizadas para produção de goma resina e para comercialização de toras.

Os ativos biológicos são avaliados a valor justo sendo deduzidos os custos para vender. A variação de cada período é reconhecida no resultado como variação de valor justo dos ativos biológicos. A avaliação do valor justo dos ativos biológicos se baseia em algumas premissas conforme nota explicativa nº 16.

n) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (“*Impairment*”)

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor

recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram identificados e reconhecidos valores de *impairment* referentes a operação descontinuada conforme nota explicativa nº 15. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não identificou indicadores de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos não financeiros para suas operações continuadas, com exceção dos ativos das controladas conforme nota explicativa nº 15.

o) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e contribuição social correntes são provisionados com base no lucro tributável determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, que é diferente do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada empresa com base nas alíquotas vigentes no período. A Companhia adota a alíquota vigente de 34% para apuração de seus tributos sobre o lucro.

Sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos são registrados

imposto de renda e contribuição social diferidos. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

p) Empréstimos e financiamentos

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

q) Hedge de fluxo de caixa (*Hedge Accounting*)

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os instrumentos de *hedge* usados nas operações são altamente eficazes na compensação das variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

As movimentações nos valores de *hedge* são classificadas na conta de “Outros resultados abrangentes” em “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido e estão demonstradas na nota explicativa nº 23.

A parcela efetiva das variações no valor dos instrumentos de *hedge* designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo: quando ocorrer venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva dos instrumentos de *hedge* que protege as operações altamente prováveis é reconhecido na demonstração do resultado como “Despesas financeiras”. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido apresentado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para a demonstração do resultado do exercício.

r) Arrendamento mercantil

r.1) Definição de arrendamento

De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

r.2) Como arrendatário

A Companhia arrenda imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 34.

r.3) Como arrendador

A Companhia arrenda suas propriedades para investimento conforme nota explicativa nº 14. A Companhia continua classificando esses arrendamentos como arrendamentos operacionais, conforme CPC 06, não havendo impactos em suas demonstrações financeiras.

s) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, formal ou não formal, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante considerado, pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

t) Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados, com base em metodologia própria de apuração que leva em conta o lucro atribuído a cada um dos segmentos operacionais. As provisões são reconhecidas em relação aos termos de acordo firmados entre a Companhia e os representantes dos empregados os quais são anualmente revisados.

u) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a: seleção de vida útil dos bens do imobilizado (nota explicativa nº 15), avaliação do valor justo dos ativos mantidos para venda (nota explicativa nº 11), a realização dos créditos tributários diferidos (nota explicativa nº 12), provisões para *impairment* de contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), avaliação do valor justo dos ativos biológicos (nota explicativa nº 16), provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 22), além de redução do valor recuperável de ativos não financeiros (nota explicativa nº 15) e julgamentos relacionados à apuração do crédito tributário de PIS e COFINS (nota explicativa nº 8).

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras.

v) Reconhecimento das receitas

As etapas para o reconhecimento da receita compreendem: i) a identificação do contrato com o cliente; ii) a identificação das obrigações de desempenho; iii) a determinação do preço da transação; iv) a alocação do preço da transação; e v) o reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. A receita é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes.

Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

w) Subvenções governamentais

Os diferimentos de recolhimento de impostos, concedidos direta ou indiretamente pelo Governo, exigidos com taxas de juros abaixo do mercado, são tratados como uma subvenção governamental, mensurada pela diferença entre os valores obtidos e o valor justo calculado com base em taxas de juros de mercado. Essa diferença é registrada em contrapartida da receita de vendas no resultado e será apropriada com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do período (nota explicativa nº 33).

x) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, individual e consolidado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Irani Papel e Embalagem S.A. e suas controladas conforme segue:

Participação no capital social - (%)			
Empresas controladas - participação direta	Atividade	31.12.20	31.12.19
Habitasul Florestal S.A.	Produção florestal	100,00	100,00
HGE - Geração de Energia Sustentável S.A. *	Geração de energia elétrica	100,00	100,00
Iraflor - Comércio de Madeiras LTDA	Comércio de madeiras	99,99	99,99
Irani Geração de Energia Sustentável LTDA *	Geração de energia elétrica	99,56	99,56

* não operacionais

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data-base da controladora.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são representados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Fundo fixo	19	25	20	27
Bancos	4.403	14.272	4.424	14.336
Aplicações financeiras de liquidez imediata i)	31.287	64.021	49.816	66.459
Aplicações financeiras ii)	291.972	-	291.972	-
	<u>327.681</u>	<u>78.318</u>	<u>346.232</u>	<u>80.822</u>

- i) As aplicações financeiras de liquidez imediata têm a finalidade de atender a necessidade de caixa imediata da Companhia.
- ii) As aplicações financeiras têm a finalidade de atender os compromissos não imediatos da Companhia, que referem-se basicamente aos investimentos do projeto de expansão em andamento.

As aplicações financeiras de liquidez imediata e as aplicações financeiras são remuneradas com renda fixa, à taxa média de 105,4% (95,5 % em 31 de dezembro de 2019) do CDI e possuem carência inferior a 113 dias.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Contas a receber de:				
Clientes - mercado interno	201.520	153.802	202.870	155.246
Clientes - mercado externo	22.875	25.004	22.875	25.004
Clientes - renegociação	11.712	12.988	11.712	12.992
	<u>236.107</u>	<u>191.794</u>	<u>237.457</u>	<u>193.242</u>
Perdas estimadas em contas a receber de clientes	<u>(30.535)</u>	<u>(29.414)</u>	<u>(30.814)</u>	<u>(29.414)</u>
	<u>205.572</u>	<u>162.380</u>	<u>206.643</u>	<u>163.828</u>
Parcela do circulante	201.399	160.804	202.470	162.252
Parcela do não circulante	4.173	1.576	4.173	1.576

A análise de vencimento das contas a receber de clientes está representada na tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
À vencer	189.816	145.179	190.755	145.730
Vencidos até 30 dias	12.287	8.821	12.373	9.363
Vencidos de 31 a 60 dias	1.146	2.368	1.155	2.486
Vencidos de 61 a 90 dias	24	1.399	33	1.513
Vencidos de 91 a 180 dias	1.116	2.630	1.116	2.753
Vencidos há mais de 180 dias	31.718	31.397	32.025	31.397
	<u>236.107</u>	<u>191.794</u>	<u>237.457</u>	<u>193.242</u>

A Companhia constitui provisão para perdas estimadas em contas a receber de clientes para parte relevante das contas a receber vencidas há mais de 180 dias. Também são constituídas provisões para *impairment* de contas a receber para os títulos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, nos casos em que os valores não são considerados como realizáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor, a análise prospectiva e análises históricas de perda obtidas pela Companhia. Análises individuais são realizadas para aqueles clientes, que ainda não possuem títulos vencidos, e consideram seus riscos de crédito. A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes e ativos contratuais para clientes individuais em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Consolidado

Exposição ao risco de crédito e perdas de créditos

	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto em 31.12.2020	Provisão para perda estimada em 31.12.2020
A vencer	0,28%	190.755	(528)
Vencidos até 30 dias	0,20%	12.373	(25)
Vencidos de 31 a 180 dias	24,09%	2.304	(555)
Vencidos acima de 181 dias	92,76%	<u>32.025</u>	<u>(29.706)</u>
		<u>237.457</u>	<u>(30.814)</u>

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou comprometidos em 31 de dezembro de 2020 é avaliada com base nas informações históricas sobre os índices de inadimplência da Companhia. Em geral, 96% dos títulos de contas a receber não possuem histórico de inadimplência.

A movimentação da provisão pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Saldo no início do exercício	(29.414)	(24.016)	(29.414)	(24.016)
Provisões para perdas reconhecidas	(1.121)	(5.398)	(1.400)	(5.398)
Saldo no final do exercício	<u>(30.535)</u>	<u>(29.414)</u>	<u>(30.814)</u>	<u>(29.414)</u>

Parte dos recebíveis no valor de R\$ 94.647 está cedida como garantia de algumas operações financeiras conforme divulgado nas notas explicativas nº 17 e nº 18, em 31 de dezembro de 2020.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Produtos acabados	39.153	32.926	39.154	32.926
Materiais de produção	31.361	21.864	31.400	21.879
Materiais de consumo	21.677	23.689	21.776	23.758
Outros estoques	683	690	683	690
	<u>92.874</u>	<u>79.169</u>	<u>93.013</u>	<u>79.253</u>
Redução ao valor realizável líquido	(36)	(2.408)	(36)	(2.408)
	<u>92.838</u>	<u>76.761</u>	<u>92.977</u>	<u>76.845</u>

O custo dos estoques reconhecido no resultado do exercício não inclui redução ao valor realizável líquido. O montante reconhecido em outras receitas/despesas operacionais líquidas como redução ao valor realizável líquido refere-se à provisão de estoques da operação descontinuada, conforme nota explicativa nº 37.

Para o exercício de 2020, a Companhia não reconheceu provisões relacionadas a seus estoques.

A movimentação da provisão pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Saldo no início do exercício	(2.408)	-	(2.408)	-
Redução ao valor realizável líquido	-	(2.408)	-	(2.408)
Estoques obsoletos baixados	343	-	343	-
Reversão de provisão ao valor realizável líquido	2.029	-	2.029	-
Saldo no final do exercício	<u>(36)</u>	<u>(2.408)</u>	<u>(36)</u>	<u>(2.408)</u>

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
ICMS	7.431	6.281	7.431	6.281
PIS/COFINS	92.638	148.244	92.638	148.244
IPi	153	299	153	299
Imposto de renda	38	272	38	272
Contribuição social	80	345	80	345
IRRF s/ aplicações	-	648	1	648
Outros	263	242	274	243
	<u>100.603</u>	<u>156.331</u>	<u>100.615</u>	<u>156.332</u>
Parcela do circulante	73.165	79.420	73.167	79.421
Parcela do não circulante	27.438	76.911	27.448	76.911

Os créditos de PIS e COFINS são basicamente referentes ao direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos relacionados aos processos, a Companhia estima que o crédito total deverá ser utilizado em aproximadamente 2 anos a partir de dezembro de 2019:

- i) Processo Judicial nº 2006.34.00.035946-0 (Irani Papel e Embalagem S.A.). A Companhia obteve decisão favorável pela qual fica garantido o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS para o período a partir de novembro de 2001. Diante disso, estimou-se o valor potencial dos créditos atualizados em R\$ 143.157 (R\$ 81.282 correspondente ao valor original do crédito e R\$ 61.875 referente a atualização pela SELIC) correspondente as competências que antecedem 5 anos da data de ingresso das ações (novembro de 2006) até a competência de março de 2017 (data da decisão do STF), calculado sobre o valor de ICMS destacado na nota fiscal de venda conforme fundamentação da decisão prolatada no processo, em linha com decisão do STF no RE 574.706 – Tema 69. A Companhia reconheceu o crédito nas demonstrações financeiras, sendo que o critério de ganho “praticamente certo” foi concretizado em 14 de outubro de 2019 com o trânsito em julgado do processo judicial, assim como o deferimento do Pedido de Habilitação de Crédito nº

11080.746434/2019-41 ocorrido em 24 de dezembro de 2019 que já está sendo utilizado para compensação de seus débitos de IPI, PIS e COFINS, sendo que no exercício de 2020 foi compensado o valor de R\$ 76.067.

- ii) Processo Judicial nº 5035712-95.2016.4.04.7100 (Irani Papel e Embalagem S.A. na qualidade de sucessora da empresa Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A.). A Companhia obteve decisão favorável pela qual fica garantido o direito de recuperar valores relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS da empresa sucedida do período de maio de 2011 a 30 de dezembro de 2014 (data da incorporação). Diante disso, estimou-se o valor potencial dos créditos atualizados em R\$ 17.614 (R\$ 10.585 correspondente ao valor original do crédito e R\$ 7.029 referente a atualização pela SELIC) correspondentes às competências que antecedem 5 anos da data de ingresso das ações (maio de 2016) até a competência de dezembro de 2014 (data da incorporação), calculado sobre o valor de ICMS destacado na nota fiscal de venda conforme fundamentação da decisão prolatada no processo, em linha com decisão do STF no RE 574.706 – Tema 69. A Companhia reconheceu o crédito nas demonstrações financeiras, após o trânsito em julgado definitivo da decisão favorável à Companhia, o qual foi obtido em 18 de setembro de 2020, assim como o deferimento do Pedido de Habilitação de Crédito nº 10166.749523/2020-71 ocorrido em 10 de novembro de 2020 e que será utilizado para compensação de débitos futuros de IPI, PIS e COFINS.

9. BANCOS CONTA VINCULADA

	Controladora e Consolidado	
	31.12.20	31.12.19
Banco Itaú	-	29.165
Total circulante	-	29.165

Em 31 de dezembro de 2020 não havia saldo em bancos conta vinculada. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de bancos conta vinculada era referente aos depósitos em aplicações financeiras junto ao Banco Itaú BBA no montante de R\$ 29.165, cujos recursos foram utilizados para Resgate Antecipado Obrigatório da 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais emitidas em 07 de novembro de 2019, atualizados por 96,7% do CDI.

10. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Adiantamento a fornecedores	2.476	1.622	2.476	1.622
Créditos com funcionários	2.481	2.075	2.614	2.244
Rio Negro Propriedades Rurais e Participações S.A	4.003	24.975	4.003	24.975
Despesas antecipadas	1.684	1.555	1.684	1.555
Crédito a receber junto à Irani Participações S.A	2.495	4.082	2.495	4.082
Outros créditos	2.275	1.056	2.307	1.252
	<u>15.414</u>	<u>35.365</u>	<u>15.579</u>	<u>35.730</u>
Parcela do circulante	15.414	33.441	15.552	33.779
Parcela do não circulante	-	1.924	27	1.951

O saldo a receber da Rio Negro Propriedades Rurais e Participações S.A, refere-se à operação de venda Imóveis Rurais realizada no exercício findo de 31 de dezembro de 2019, conforme descrito na nota explicativa nº 16.

11. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

Por decisão do Conselho de Administração da Companhia, em 2019 a Companhia descontinuou as operações de Embalagem de Papelão Ondulado na Unidade de Vila Maria em São Paulo/SP. Os ativos daquela unidade foram avaliados pela Administração e foram classificados como mantidos para venda, pela condição dos ativos, pela alta probabilidade da realização de venda e pelo empenho na realização da venda pela Administração da Companhia, conforme critérios de classificação definidos pelo CPC 31/IFRS 5.

Em dezembro de 2019, foi assinado Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda, para a venda do imóvel industrial onde estava localizada a fábrica de embalagem de papelão ondulado, no valor de R\$ 41.200. A concretização da transação está sujeita ao atendimento de determinadas condições precedentes. Durante o exercício de 2020, algumas condições precedentes de cunho ambiental e relativas ao imóvel não foram possíveis de serem cumpridas em virtude da pandemia da COVID-19 que impôs severas restrições à circulação de pessoas e funcionamento de órgãos públicos. Diante disso, a Companhia firmou em dezembro de 2020 aditamento ao Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda prevendo adiamento de prazo para cumprimento das referidas condições precedentes.

Devido as condições precedentes, seguindo orientações do CPC 47/IFRS 15, não houve reconhecimento das receitas e despesas dessas operações nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

(a) Perda por redução ao valor recuperável relativa ao grupo de ativos mantidos para venda

Durante o exercício de 2019 foi reconhecida provisão de R\$ 53.122 para redução ao valor recuperável sobre o grupo de ativos mantido para venda do seu valor contábil ao seu valor justo deduzido de custo para venda. A provisão foi registrada na demonstração do resultado do exercício da operação descontinuada do respectivo ano.

(b) Ativos mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2020, o grupo de ativos mantidos para venda está apresentado ao valor justo menos custo para venda e compreendia os seguintes ativos:

	31.12.20	31.12.19
Máquinas e equipamentos, prédios e terrenos	41.200	41.580
Ativos mantidos para venda	41.200	41.580

(c) Ganhos e perdas acumulados incluídos nos Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Não há ganhos acumulados ou perdas acumuladas incluídos nos outros resultados abrangentes relativos a este grupo mantido para venda.

(d) Mensuração do valor justo

A mensuração do valor justo de R\$ 41.200 para o grupo de ativos mantidos para venda, foi realizada com base nos preços cotados em propostas de venda recebidas e também com base no Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda mencionado acima.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos.

A Companhia adotou, para o exercício de 2020 o regime de caixa na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre variações cambiais e registrou passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar. Não houve alteração na forma de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre as variações cambiais com relação ao ano anterior.

Os impactos tributários iniciais sobre o custo atribuído do ativo imobilizado foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido.

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Imposto de renda diferido ativo				
Sobre provisões temporárias	9.735	9.933	9.735	9.933
Sobre prejuízo fiscal	48.524	42.438	48.524	42.438
Contribuição social diferida ativa				
Sobre provisões temporárias	3.504	3.575	3.504	3.575
Sobre prejuízo fiscal	17.469	15.279	17.469	15.279
	<u>79.232</u>	<u>71.225</u>	<u>79.232</u>	<u>71.225</u>
PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Imposto de renda diferido passivo				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	304	185	304	185
Valor justo dos ativos biológicos	29.194	27.419	30.253	28.345
Custo atribuído do ativo imobilizado	120.360	124.476	122.298	126.414
Subvenção governamental	40	194	40	194
Carteira de clientes	-	433	-	433
Amortização ágio fiscal	25.158	21.863	25.158	21.863
Contribuição social diferida passiva				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	109	67	109	67
Valor justo dos ativos biológicos	10.510	9.871	11.082	10.371
Custo atribuído do ativo imobilizado	43.330	44.811	44.028	45.509
Subvenção governamental	14	70	14	70
Carteira de clientes	-	156	-	156
Amortização ágio fiscal	9.057	7.871	9.057	7.871
	<u>238.076</u>	<u>237.416</u>	<u>242.343</u>	<u>241.478</u>
Passivo de imposto diferido (líquido)	<u>158.844</u>	<u>166.191</u>	<u>163.111</u>	<u>170.253</u>

Com base em projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração, a Administração estima que os impostos diferidos ativos, consolidados, sejam realizados conforme demonstrado abaixo:

Ativo de imposto diferido	Controladora e Consolidado
Período	31.12.20
2021	14.194
2022	12.812
2023	10.384
2024	14.738
2025 em diante	<u>27.104</u>
	<u>79.232</u>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é assim demonstrada:

Controladora e ativo Consolidado	Saldo inicial 01.01.19	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Compensado com passivos	Saldo final 31.12.19
Impostos diferidos ativos com relação a:					
Provisão para riscos diversos	(729)	(12.779)	-	-	(13.508)
Hedge de fluxo de caixa	(55.992)	-	55.992	-	-
Total diferenças temporárias	(56.721)	(12.779)	55.992	-	(13.508)
Prejuízos fiscais	(23.248)	(34.469)	-	-	(57.717)
	<u>(79.969)</u>	<u>(47.248)</u>	<u>55.992</u>	<u>-</u>	<u>(71.225)</u>
Controladora e ativo Consolidado	Saldo inicial 01.01.20	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Compensado com passivos	Saldo final 31.12.20
Impostos diferidos ativos com relação a:					
Provisão para riscos diversos	(13.508)	269	-	-	(13.239)
Total diferenças temporárias	(13.508)	269	-	-	(13.239)
Prejuízos fiscais	(57.717)	(8.276)	-	-	(65.993)
	<u>(71.225)</u>	<u>(8.007)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(79.232)</u>
Controladora passivo	Saldo inicial 01.01.19	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.19	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.20
Impostos diferidos passivos com relação a:					
Variação cambial reconhecida por caixa	5.311	(5.059)	252	161	413
Valor justo dos ativos biológicos	33.951	3.339	37.290	2.414	39.704
Valor justo dos ativos biológicos cisão e incorporação	-	(953)	-	-	-
Custo atribuído e revisão da vida útil	172.003	(2.716)	169.287	(5.597)	163.690
Custo atribuído e revisão da vida útil cisão e incorporação	-	(7.699)	-	-	-
Subvenção governamental	707	(443)	264	(210)	54
Carteira de clientes	793	(204)	589	(589)	-
Amortização ágio fiscal	24.846	4.888	29.734	4.481	34.215
	<u>237.611</u>	<u>(8.847)</u>	<u>237.416</u>	<u>660</u>	<u>238.076</u>
Consolidado passivo	Saldo inicial 01.01.19	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.19	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.20
Impostos diferidos passivos com relação a:					
Variação cambial reconhecida por caixa	5.311	(5.059)	252	161	413
Valor justo dos ativos biológicos	36.515	2.201	38.716	2.619	41.335
Custo atribuído e revisão da vida útil	182.338	(10.415)	171.923	(5.597)	166.326
Subvenção governamental	707	(443)	264	(210)	54
Carteira de clientes	793	(204)	589	(589)	-
Amortização ágio fiscal	24.846	4.888	29.734	4.481	34.215
	<u>250.510</u>	<u>(9.032)</u>	<u>241.478</u>	<u>865</u>	<u>242.343</u>

13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Habitasul Florestal	Iraflor Comércio de Madeiras	HGE Geração de Energia	Irani Geração de Energia	Total
Em 31 de dezembro de 2018	123.801	85.556	543	249	210.149
Resultado da equivalência patrimonial	(8.134)	6.610	(2)	(1)	(1.527)
Dividendos propostos	-	(16.494)	-	-	(16.494)
Aquisição de ações de controlada	1	-	-	-	1
Adiantamento futuro aumento capital (i)	9.000	-	-	-	9.000
Cisão e incorporação	(68.536)	-	-	-	(68.536)
Em 31 de dezembro de 2019	56.132	75.672	541	248	132.593
Resultado da equivalência patrimonial	(10.703)	14.080	(541)	(238)	2.598
Dividendos propostos	-	(6.611)	-	-	(6.611)
Aporte de capital (i) e (ii)	17.000	10.044	-	-	27.044
Adiantamento futuro aumento capital (i)	(9.000)	-	-	-	(9.000)
Em 31 de dezembro de 2020	53.429	93.185	-	10	146.624

	Habitasul Florestal	Iraflor Comércio de Madeiras	HGE Geração de Energia	Irani Geração de Energia
Em 31 de dezembro de 2020				
Circulante				
Ativo	4.483	27.185	2	10
Passivo	(2.135)	(54)	(1)	-
Ativo/Passivo Circulante Líquido	2.348	27.131	1	10
Não Circulante				
Ativo	54.814	66.962	-	-
Passivo	(3.733)	(903)	-	-
Ativo/Passivo Não Circulante Líquido	51.081	66.059	-	-
Patrimônio Líquido	53.429	93.190	1	10
Receita líquida	11.195	5.267	-	-
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(10.539)	15.060	(541)	(239)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(164)	(979)	-	-
Resultado do exercício	(10.703)	14.081	(541)	(239)
Participação no capital em %	100,00	99,99	100,00	99,56

- (i) Em 30 de novembro de 2020 ocorreu a capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital no valor de R\$ 17.000. Os adiantamentos para futuro aumento de capital foram aprovados pela Companhia em 16 de setembro de 2020 no valor de R\$ 8.000, e em 11 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 9.000, e tiveram como finalidade suprir a necessidade de capital de giro na controlada.
- (ii) No exercício de 2020, a Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. recebeu aporte de capital da controladora Irani Papel e Embalagem S.A., no valor de R\$ 10.044 integralizados mediante incorporação de ativos florestais.

14. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Controladora

	Terrenos	Edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2019			
Saldo inicial	16.295	3.236	19.531
Adição	2.432	-	2.432
Baixas/Alienações	(54)	-	(54)
Transferências	31	(31)	-
Depreciação	-	(175)	(175)
Saldo contábil líquido	<u>18.704</u>	<u>3.030</u>	<u>21.734</u>
Custo	18.704	5.377	24.081
Depreciação acumulada	-	(2.347)	(2.347)
Saldo contábil líquido	<u>18.704</u>	<u>3.030</u>	<u>21.734</u>
Em 31 de dezembro de 2020			
Saldo inicial	18.704	3.030	21.734
Baixas/Alienações	(18)	-	(18)
Depreciação	-	(175)	(175)
Saldo contábil líquido	<u>18.686</u>	<u>2.855</u>	<u>21.541</u>
Custo	18.686	5.377	24.063
Depreciação acumulada	-	(2.522)	(2.522)
Saldo contábil líquido	<u>18.686</u>	<u>2.855</u>	<u>21.541</u>

Consolidado

	Terrenos	Edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2019			
Saldo inicial	160	3.238	3.398
Adição	2.432	-	2.432
Baixas/Alienações	(80)	-	(80)
Transferências	33	(33)	-
Depreciação	-	(175)	(175)
Saldo contábil líquido	<u>2.545</u>	<u>3.030</u>	<u>5.575</u>
Custo	2.545	5.377	7.922
Depreciação acumulada	-	(2.347)	(2.347)
Saldo contábil líquido	<u>2.545</u>	<u>3.030</u>	<u>5.575</u>
Em 31 de dezembro de 2020			
Saldo inicial	2.545	3.030	5.575
Transferências de Imobilizado	16.159	-	16.159
Baixas/Alienações	(18)	-	(18)
Depreciação	-	(175)	(175)
Saldo contábil líquido	<u>18.686</u>	<u>2.855</u>	<u>21.541</u>
Custo	18.686	5.377	24.063
Depreciação acumulada	-	(2.522)	(2.522)
Saldo contábil líquido	<u>18.686</u>	<u>2.855</u>	<u>21.541</u>

Terrenos

Refere-se, principalmente:

- i. terrenos mantidos pela Companhia, para uso imobiliário futuro, localizados no estado do Rio Grande do Sul, e estão reconhecidos a valor de custo de aquisição de R\$ 16.094. As áreas são objetos de estudo para projetos de desenvolvimento imobiliário (loteamento) ainda em fase inicial. Anteriormente eram mantidos pela controladora para futuras instalações de parques eólicos, que seriam desenvolvidos pela Irani Geração de Energia Sustentável Ltda, e por este motivo estes terrenos não eram considerados propriedade para investimento no consolidado.
- ii. terreno recebido em 2019 pela Companhia em troca de créditos a receber de cliente no valor de R\$ 2.432, sendo que o total de créditos a receber era de R\$ 2.709. A diferença foi reconhecida no resultado como desconto financeiro no valor de R\$ 277.

Edificações

Refere-se a edificações localizadas em Rio Negrinho – SC, no valor de R\$ 2.855 (líquido de depreciação). Tais edificações encontram-se alugadas para empresas da região.

As receitas e despesas geradas pelas propriedades para investimento que se encontram alugadas são reconhecidas no resultado conforme demonstrado abaixo:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Receitas de aluguéis	365	587
Gastos operacionais diretos que geraram receitas de aluguéis	(892)	(615)

As propriedades para investimento estão avaliadas em 31 de dezembro de 2020 ao custo histórico. Para fins de divulgação a Companhia avaliou essas propriedades ao seu valor justo, reduzido de eventuais custos para vender, no montante de R\$ 39.021 na controladora e no consolidado, em 31 de dezembro de 2020. As avaliações foram realizadas por avaliadores independentes e internos, utilizando evidências de mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares. A hierarquia do valor justo das avaliações é de nível 2.

A Companhia possui parte de suas propriedades para investimentos cedidas em garantias de operações financeiras conforme divulgado na nota explicativa nº 17.

15. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Composição do imobilizado

Controladora		Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	Outras imobilizações (*)	Imobilizações em andamento	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2019									
	Saldo inicial	177.125	152.719	351.747	5.207	5.364	36.996	9.584	738.742
	Aquisições	-	218	11.339	1.198	1.353	34.601	-	48.709
	Ativos incorporados por Cisão	35.980	-	-	-	-	-	-	35.980
	Baixas Cisão e Incorporação	(35.980)	-	-	-	-	-	-	(35.980)
	Baixas/Alienções	-	-	(639)	(225)	(6)	-	-	(870)
	Transferências	-	162	5.837	-	427	(6.426)	-	-
	Depreciação	-	(5.457)	(47.561)	(1.606)	(1.858)	-	(645)	(57.127)
	Crédito de PIS e COFINS	-	68	654	10	33	255	2	1.022
	<i>Impairment</i>	(15.440)	(20.907)	(15.964)	(219)	(525)	(48)	-	(53.103)
	Mantidos para venda	(41.000)	-	(580)	-	-	-	-	(41.580)
	Saldo contábil líquido	120.685	126.803	304.833	4.365	4.788	65.378	8.941	635.793
Custo		120.685	195.574	884.800	14.935	24.230	65.378	16.099	1.321.701
Depreciação acumulada		-	(68.771)	(579.967)	(10.570)	(19.442)	-	(7.158)	(685.908)
	Saldo contábil líquido	120.685	126.803	304.833	4.365	4.788	65.378	8.941	635.793
Em 31 de dezembro de 2020									
	Saldo inicial	120.685	126.803	304.833	4.365	4.788	65.378	8.941	635.793
	Aquisições	-	5.377	18.865	836	1.879	24.761	-	51.718
	Baixas/Alienções	-	(143)	(961)	(4)	(132)	-	-	(1.240)
	Transferências	-	6.217	49.908	-	1.293	(57.418)	-	-
	Depreciação	-	(7.715)	(44.517)	(1.668)	(1.714)	-	(645)	(56.259)
	Crédito de PIS e COFINS	-	16	410	6	9	305	-	746
	Mantidos para venda	-	-	380	-	-	-	-	380
	Saldo contábil líquido	120.685	130.555	328.918	3.535	6.123	33.026	8.296	631.138
Custo		120.685	207.041	953.402	15.773	27.279	33.026	16.099	1.373.305
Depreciação acumulada		-	(76.486)	(624.484)	(12.238)	(21.156)	-	(7.803)	(742.167)
	Saldo contábil líquido	120.685	130.555	328.918	3.535	6.123	33.026	8.296	631.138

Consolidado

	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	Outras imobilizações (*)	Imobilizações em andamento	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2019								
Saldo inicial	245.424	153.929	351.978	5.703	5.583	37.152	9.584	809.353
Aquisições	24	127	11.340	1.198	1.361	34.602	-	48.652
Baixas/Alenações	(35.980)	(6)	(681)	(226)	(123)	-	-	(37.016)
Transferências	-	162	5.837	156	427	(6.582)	-	-
Depreciação	-	(5.617)	(47.614)	(1.766)	(1.901)	-	(645)	(57.543)
Crédito de PIS e COFINS	-	68	654	10	33	255	2	1.022
Impairment	(15.440)	(20.907)	(15.964)	(219)	(525)	(48)	-	(53.103)
Mantidos para venda	(41.000)	-	(580)	-	-	-	-	(41.580)
Saldo contábil líquido	153.028	127.756	304.970	4.856	4.855	65.379	8.941	669.785
Custo	153.028	200.000	885.069	16.023	24.749	65.379	16.099	1.360.347
Depreciação acumulada	-	(72.244)	(580.099)	(11.167)	(19.894)	-	(7.158)	(690.562)
Saldo contábil líquido	153.028	127.756	304.970	4.856	4.855	65.379	8.941	669.785
Em 31 de dezembro de 2020								
Saldo inicial	153.028	127.756	304.970	4.856	4.855	65.379	8.941	669.785
Aquisições	-	5.377	18.865	836	1.882	25.032	-	51.992
Baixas/Alenações	-	(143)	(961)	(4)	(132)	-	-	(1.240)
Transferências	-	6.217	49.908	-	1.293	(57.418)	-	-
Transferências - Prop. para Investimento	(16.159)	-	-	-	-	-	-	(16.159)
Depreciação	-	(7.875)	(44.558)	(1.831)	(1.737)	-	(645)	(56.646)
Crédito de PIS e COFINS	-	16	410	6	9	305	-	746
Mantidos para venda	-	-	380	-	-	-	-	380
Impairment	-	-	-	-	(16)	-	-	(16)
Saldo contábil líquido	136.869	131.348	329.014	3.863	6.154	33.298	8.296	648.842
Custo	136.869	211.467	953.671	16.861	27.785	33.298	16.099	1.396.050
Depreciação acumulada	-	(80.119)	(624.657)	(12.998)	(21.631)	-	(7.803)	(747.208)
Saldo contábil líquido	136.869	131.348	329.014	3.863	6.154	33.298	8.296	648.842

(*) Saldo referente a imobilizações como móveis e utensílios, equipamentos de informática.

b) Composição do intangível

Controladora					
	Goodwill	Carteira de Clientes	Software	Software em desenvolvimento	Total
Em 31 de dezembro de 2019					
Saldo inicial	104.380	2.334	3.250	20.227	130.191
Aquisições	-	-	17	16.994	17.011
Baixas/Alienações	-	-	-	(404)	(404)
Transferências	-	-	19.823	(19.823)	-
Amortização	-	(600)	(3.224)	-	(3.824)
Crédito de PIS e COFINS	-	-	12	-	12
<i>Impairment</i>	-	(1.734)	(19)	-	(1.753)
Saldo contábil líquido	104.380	-	19.859	16.994	141.233
Custo	104.380	5.347	32.339	16.994	159.060
Amortização acumulada	-	(5.347)	(12.480)	-	(17.827)
Saldo contábil líquido	104.380	-	19.859	16.994	141.233
Em 31 de dezembro de 2020					
Saldo inicial	104.380	-	19.859	16.994	141.233
Aquisições	-	-	4.175	-	4.175
Transferências	-	-	16.994	(16.994)	-
Amortização	-	-	(4.675)	-	(4.675)
Crédito de PIS e COFINS	-	-	5	-	5
Saldo contábil líquido	104.380	-	36.358	-	140.738
Custo	104.380	5.347	53.513	-	163.240
Amortização acumulada	-	(5.347)	(17.155)	-	(22.502)
Saldo contábil líquido	104.380	-	36.358	-	140.738
Consolidado					
	Goodwill	Carteira de Clientes	Software	Software em desenvolvimento	Total
Em 31 de dezembro de 2019					
Saldo inicial	104.380	2.334	3.785	20.227	130.726
Aquisições	-	-	238	16.994	17.232
Baixas/Alienações	-	-	-	(404)	(404)
Transferências	-	-	19.823	(19.823)	-
Amortização	-	(600)	(3.224)	-	(3.824)
Crédito de PIS e COFINS	-	-	12	-	12
<i>Impairment</i>	-	(1.734)	(19)	-	(1.753)
Saldo contábil líquido	104.380	-	20.615	16.994	141.989
Custo	104.380	5.347	33.099	16.994	159.820
Amortização acumulada	-	(5.347)	(12.484)	-	(17.831)
Saldo contábil líquido	104.380	-	20.615	16.994	141.989
Em 31 de dezembro de 2020					
Saldo inicial	104.380	-	20.615	16.994	141.989
Aquisições	-	-	4.174	-	4.174
Transferências	-	-	16.994	(16.994)	-
Amortização	-	-	(4.675)	-	(4.675)
Crédito de PIS e COFINS	-	-	5	-	5
<i>Impairment</i>	-	-	(755)	-	(755)
Saldo contábil líquido	104.380	-	36.358	-	140.738
Custo	104.380	5.347	53.517	-	163.244
Amortização acumulada	-	(5.347)	(17.159)	-	(22.506)
Saldo contábil líquido	104.380	-	36.358	-	140.738

c) Método de depreciação / amortização

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação / amortização definidas com base na vida útil econômica dos ativos. A taxa utilizada está apresentada pela média ponderada.

	Taxa %	
	31.12.20	31.12.19
Prédios e construções *	2,50	2,50
Equipamentos e instalações **	6,78	6,78
Móveis, utensílios e equipamentos de informática	5,71	5,71
Veículos e tratores	20,00	20,00
Softwares	20,00	20,00
Carteira de clientes	11,11	11,11

* incluem taxas ponderadas de imobilizações em imóveis de terceiros

** incluem taxas ponderadas de *leasing* financeiros

d) Outras informações

As imobilizações em andamento referem-se a obras para melhoria e manutenção do processo produtivo da Companhia.

As imobilizações em imóveis de terceiros referem-se à reforma civil na Unidade Embalagem SP – Indaiatuba que é depreciada pelo método linear à taxa de 4% (quatro por cento) ao ano. O imóvel é de propriedade das empresas MCFD – Administração de Imóveis Ltda. e PFC – Administração de Imóveis Ltda., sendo que o ônus da reforma foi todo absorvido pela Irani Papel e Embalagem S.A.

A abertura da depreciação do ativo imobilizado nos exercícios de 2020 e 2019 é apresentada conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Administrativos	1.380	1.189	1.544	1.375
Produtivos	54.879	52.145	55.102	52.376
	<u>56.259</u>	<u>53.334</u>	<u>56.646</u>	<u>53.751</u>

A abertura da amortização do intangível nos exercícios de 2020 e 2019 é apresentada conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Administrativos	902	580	902	580
Produtivos	3.773	2.530	3.773	2.530
	<u>4.675</u>	<u>3.110</u>	<u>4.675</u>	<u>3.110</u>

e) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*Impairment*)

Imediatamente antes da classificação inicial do grupo de ativos como mantido para venda, os valores contábeis dos ativos foram mensurados de acordo com os pronunciamentos técnicos aplicáveis. A Companhia reconheceu a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) relativamente a redução inicial do grupo de ativo mantido para venda ao valor justo menos as despesas de venda.

Durante o exercício de 2019, foram identificados e reconhecidos valores de *impairment* de ativos mantidos para venda no valor de R\$ 53.122 e de carteira de clientes no valor de R\$ 1.734 referente a operação descontinuada descrita na nota explicativa nº 37.

Durante o exercício de 2020, foram identificados e reconhecidos valores de *impairment*, de imobilizados no valor de R\$ 16 e de intangíveis no valor de R\$ 755.

f) Ativos cedidos em garantia

A Companhia possui ativos imobilizados cedidos em garantia de operações financeiras, os quais se apresentam detalhados nas notas explicativas nº 17 e 18.

g) Carteira de clientes

A carteira de clientes adquirida na combinação de negócios, realizada em 2013, foi reconhecida no momento inicial, pelo valor justo de R\$ 7.081 e apresentava um saldo contábil líquido de R\$ 1.734 quando foi baixada por *impairment* de operação descontinuada conforme nota explicativa nº 37, durante o exercício de 2019.

h) Goodwill

O *goodwill* gerado em combinação de negócios da São Roberto S.A. no exercício de 2013, está reconhecido pelo valor de R\$ 104.380 e, é atribuível à expectativa de rentabilidade futura.

Teste do intangível para verificação de *impairment*:

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia avaliou a recuperação do montante do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é baseado na expectativa de rentabilidade futura. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela

Administração para um período de cinco anos e extrapolados à perpetuidade nos demais períodos com base nas taxas de crescimento estimadas.

Os fluxos de caixa foram descontados a valor presente através da aplicação da taxa determinada pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), com o custo do capital próprio calculado através do método CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) enquanto o custo da dívida considera o custo médio do endividamento. O WACC considera, portanto, os pesos dos componentes do financiamento, dívida e capital próprio, utilizados pela Companhia para financiar suas atividades.

Os principais dados utilizados para cálculo do fluxo de caixa descontado estão apresentados a seguir:

	<u>Premissas</u>
Preços médios de vendas de Papel para Embalagens e Embalagem de Papelão Ondulado (% da taxa de crescimento anual)	4,0%
Margem bruta (% sobre a receita líquida)	31,1%
Taxa de crescimento estimada	5,0%
Taxa de desconto (Wacc)	8,65%

O valor recuperável da UGC para fins de teste de *impairment* não demonstrou necessidade de reconhecimento de perda no exercício.

A Companhia definiu como UGC toda sua operação porque as suas principais atividades de papel para embalagens e embalagem P.O. são integradas entre si, sem forma definida de segregação.

O *goodwill* é alocado ao segmento de negócio, que representa o menor nível no qual o *goodwill* é monitorado pela Administração. O valor total do *goodwill* é alocado a UGC representada pelo segmento de “Papel para Embalagens”, que inclui ativos que não geram fluxos de caixa de forma independente.

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade nas taxas de desconto e de crescimento. Mesmo considerando um acréscimo ou uma redução, respectivamente, de 5,0% na taxa de desconto e de 4,0% na taxa de crescimento, em conjunto, o valor recuperável se mantém superior ao valor contábil.

16. ATIVO BIOLÓGICO

Os ativos biológicos da Companhia compreendem, principalmente, o cultivo e plantio de florestas de pinus para abastecimento de matéria prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel para embalagens, produção de resinas e vendas de toras de madeira para terceiros. Todos os ativos biológicos da Companhia formam um único

grupo denominado florestas, que são mensuradas conjuntamente a valor justo em períodos trimestrais.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação. Desta forma, o saldo de ativos biológicos como um todo está registrado a valor justo conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Custo de formação dos ativos biológicos	41.884	40.440	71.305	70.719
Diferencial do valor justo ativos biológicos	32.101	25.858	106.379	83.799
	<u>73.985</u>	<u>66.298</u>	<u>177.684</u>	<u>154.518</u>

Do total consolidado dos ativos biológicos, R\$ 140.947 (R\$ 114.457 em 31 de dezembro de 2019) são florestas utilizadas como matéria-prima para produção de celulose e papel, e estão localizados próximos à fábrica de celulose e papel em Vargem Bonita (SC), onde são consumidos. Destes, o montante de R\$ 97.729 (R\$ 82.319 em 31 de dezembro de 2019) se refere a florestas plantadas formadas que possuem mais de seis anos. O restante dos valores refere-se a florestas plantadas em formação, as quais ainda necessitam de tratos silviculturais.

A colheita destas florestas é realizada, principalmente, em função da utilização de matéria-prima para a produção de celulose e papel, e as florestas são replantadas assim que colhidas, formando um ciclo de renovação que atende à demanda de produção da unidade.

Os ativos biológicos consolidados utilizados para produção de resinas e vendas de toras representam R\$ 36.737 (R\$ 40.061 em 31 de dezembro de 2019), e estão localizados no litoral do Rio Grande do Sul. A extração de resina é realizada em função da capacidade de geração deste produto pela floresta existente, e a extração de madeira para venda de toras se dá em função da demanda de fornecimento na região.

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos.

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foi abordagem de renda (*Income Approach*) com exaustão da floresta em um ciclo, e corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros líquidos esperados do ativo, descontado a uma taxa de desconto corrente do mercado florestal regional, de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas nos ciclos de corte

determinados em função da otimização da produção, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;

- ii) O modelo adotado para determinar a taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo do Capital Próprio (*Capital Asset Pricing Model* – CAPM). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno almejado por investidores em ativos florestais, assumindo que um investidor requer, no mínimo, o retorno oferecido por títulos considerados sem risco, acrescido do excedente de risco do investimento;
- iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotados sortimentos para o planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e considerado um ciclo de produção das florestas. Este componente de volume projetado consiste no IMA (Incremento Médio Anual). São criadas alternativas de manejo para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas;
- iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são os preços praticados nos três últimos anos, baseados em pesquisas de mercado nas regiões de localização dos ativos e divulgados por empresa especializada. São praticados preços em R\$/metro cúbico, e considerados os custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
- v) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia;
- vi) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo médio dos ativos biológicos, multiplicado pelo volume colhido no período;
- vii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos em períodos trimestrais considerando o intervalo que julga suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

	Consolidado		Impacto no valor justo dos ativos biológicos
	31.12.20	31.12.19	
Área plantada (hectare)	14.638	14.550	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Remuneração dos ativos próprios que contribuem - %	3,00%	3,00%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - Florestas Próprias SC - %	7,50%	7,50%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - Florestas Próprias RS - %	8,00%	8,00%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - Parcerias - %	8,50%	8,50%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Preço líquido médio de venda (m³)	60,00	51,00	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Incremento médio anual (IMA) - Florestas Santa Catarina (*)	35,3	37,8	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Incremento médio anual (IMA) - Florestas Rio Grande do Sul (*)	20,7	21,7	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo

* O IMA médio anual das Florestas de Pinus do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina difere em função do manejo, espécie e condições edafoclimáticas distintas. As florestas de Santa Catarina são manejadas visando a utilização para produção de celulose, enquanto as florestas do Rio Grande do Sul são manejadas para extração de goma resina e posterior venda da madeira. O IMA é mensurado em m³ por hectare/ano.

De acordo com a hierarquia da mensuração do valor justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

As principais movimentações do exercício são demonstradas abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.18	44.030	186.600
Plantio	4.170	9.142
Aquisição de floresta	7.595	7.595
Cisão e incorporação de ativos florestais da controlada Habitasul Florestal	41.208	-
Exaustão		
Custo histórico	(675)	(2.796)
Valor justo	(515)	(12.252)
Custo venda de floresta	(41.741)	(41.741)
Variação do valor justo	12.226	7.970
Saldo em 31.12.19	66.298	154.518
Plantio	5.110	8.344
Aquisição de floresta	8.220	8.220
Exaustão		
Custo histórico	(5.005)	(5.770)
Valor justo	(1.603)	(6.002)
Transferência para capitalização na controlada Iraflor	(10.044)	-
Variação do valor justo	11.009	18.374
Saldo em 31.12.20	73.985	177.684

A exaustão dos ativos biológicos no exercício de 2020 e no exercício de 2019 foi reconhecida no resultado do exercício, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

Em 25 de setembro de 2019 a Companhia celebrou, em conjunto com sua subsidiária integral Habitasul Florestal S.A. (“Habitasul Florestal”), o Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis Rurais (“Contrato”) com a Rio Negro Propriedades Rurais e Participações S.A., pelo qual a Companhia e a Habitasul Florestal se comprometeram a alienar, mediante o cumprimento de determinadas condições precedentes, determinados imóveis rurais localizados no Estado do Rio Grande do Sul com aproximadamente 10.300ha (dez mil e trezentos hectares) pelo valor total de R\$ 53.000. Também celebrou o Contrato de Compra e Venda de Madeira em Pé Existente (“Contrato”), com a CMPC Celulose Riograndense Ltda., pelo qual a Companhia e a Habitasul Florestal se comprometeram a alienar, mediante o cumprimento de determinadas condições precedentes, 767.673m³ (setecentos e sessenta e sete mil, seiscentos e setenta e três metros cúbicos) de madeira em pé no Estado do Rio Grande do Sul pelo valor total de R\$ 39.000. O Banco BTG Pactual S.A. atuou como assessor

financeiro da Companhia e da Habitasul Florestal no âmbito da transação). Todas as condições precedentes foram atendidas durante o exercício de 2019, e seguindo orientações do CPC 47/IFRS 15, a Companhia reconheceu em sua demonstração do resultado daquele exercício, na rubrica de outras receitas e despesas operacionais líquidas, as receitas e despesas destas operações.

No exercício de 2020, foi autorizado o aporte de novos ativos biológicos no montante de R\$ 10.044, na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. Esta operação teve por objetivo final proporcionar uma melhor gestão dos ativos florestais.

b) Ativos biológicos cedidos em garantia

A Companhia e suas controladas deram parte dos ativos biológicos em garantias de operações financeiras conforme divulgado nas notas explicativas nº 17 e nº 18.

c) Produção em terras de terceiros

A Companhia possui ainda alguns contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias. Esses contratos possuem validade até que o total das florestas plantadas existentes nessas áreas sejam colhidas em um ciclo de até 15 anos. O montante de ativos biológicos em terras de terceiros é de aproximadamente 1,2 mil hectares e representa atualmente aproximadamente 8,5 % da área total com ativos biológicos da Companhia. Os passivos de arrendamento estão apresentados na nota explicativa nº 34.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Abertura dos saldos contábeis

			Controladora		Consolidado	
			31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Circulante						
<hr/>						
Moeda nacional		Moeda				
Finame	Fixo a 3,69%, TLP + 5,26%, Selic + 5,57%	Real	970	1.326	970	1.326
Capital de giro	Fixo a 12,36%, CDI + 4,61% e 148,8% do CDI	Real	19.911	99.286	19.926	99.312
Leasing financeiro	Fixo a 11,29% e CDI + 5,35%	Real	1.096	1.381	1.096	1.381
BNDES	TJLP + 3,60%	Real	-	10.888	-	10.888
Notas Promissórias	CDI + 7,00%	Real	-	110.884	-	110.884
Total moeda nacional			<hr/> 21.977	<hr/> 223.765	<hr/> 21.992	<hr/> 223.791
<hr/>						
Moeda estrangeira						
Adiantamento contrato de câmbio	Fixo entre 4,50% e 5,45%	Dólar	21.254	22.353	21.254	22.353
Banco LBBW - FINIMP	Euribor + 1,55%	Euro	-	782	-	782
Banco De Lage Landen	8,20%	Dólar	252	390	252	390
Total moeda estrangeira			<hr/> 21.506	<hr/> 23.525	<hr/> 21.506	<hr/> 23.525
Total do circulante			<hr/> 43.483	<hr/> 247.290	<hr/> 43.498	<hr/> 247.316
<hr/>						
Não Circulante						
<hr/>						
Moeda nacional						
Finame	Fixo a 3,69%, TLP + 5,26%, Selic + 5,57%	Real	315	1.275	315	1.275
Capital de giro	Fixo a 12,36%, CDI + 4,61% e 148,8% do CDI	Real	34.663	64.131	34.663	64.159
Leasing financeiro	Fixo a 11,29% e CDI + 5,35%	Real	934	1.132	934	1.132
BNDES	TJLP + 3,60%	Real	-	11.706	-	11.706
Total moeda nacional			<hr/> 35.912	<hr/> 78.244	<hr/> 35.912	<hr/> 78.272
<hr/>						
Moeda estrangeira						
Banco De Lage Landen	8,20%	Dólar	-	195	-	195
Total moeda estrangeira			<hr/> -	<hr/> 195	<hr/> -	<hr/> 195
Total do não circulante			<hr/> 35.912	<hr/> 78.439	<hr/> 35.912	<hr/> 78.467
Total			<hr/> 79.395	<hr/> 325.729	<hr/> 79.410	<hr/> 325.783
<hr/>						
			Controladora		Consolidado	
<u>Vencimentos no longo prazo:</u>			<u>31.12.20</u>	<u>31.12.19</u>	<u>31.12.20</u>	<u>31.12.19</u>
2021			-	41.988	-	42.016
2022			35.676	36.328	35.676	36.328
2023			229	116	229	116
2024 em diante			7	7	7	7
			<hr/> 35.912	<hr/> 78.439	<hr/> 35.912	<hr/> 78.467

b) Cronograma de amortização dos custos de captação

	Controladora e Consolidado	
	2021	Total
Em moeda nacional		
Capital de giro	66	66
Total moeda nacional	66	66

c) Operações significativas no exercício

Em 13 de abril de 2020 foi aprovada em Assembleia dos Titulares das Notas Promissórias da 1ª Emissão da Irani Papel e Embalagem S.A. a alteração da data de vencimento de 05 de maio de 2020 para 10 de dezembro de 2020. A operação passou a ser remunerada a CDI + 7,00% a.a. entre a data de vencimento original até a nova data de vencimento.

Como parte de um trabalho de gestão de ativos e passivos financeiros (*Liabilities Management*), conforme aprovado pelos membros de seu Conselho de Administração em reunião de 23 de setembro de 2020, bem como pelos titulares das notas promissórias comerciais da 6ª série da 1ª emissão da Companhia reunidos em assembleia geral de notistas realizada em 23 de setembro de 2020, a Companhia realizou em 28 de setembro de 2020, o resgate antecipado total das notas promissórias comerciais da 6ª série de sua 1ª emissão.

Anteriormente, conforme previsto nas cédulas das notas promissórias comerciais da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries da 1ª emissão, a totalidade das notas promissórias comerciais de tais séries foram objeto de resgate antecipado obrigatório pela Companhia e foram devidamente canceladas. Com o resgate da totalidade das notas promissórias comerciais da 6ª série, a 1ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia foi integralmente paga e as respectivas garantias reais constituídas em favor dos titulares das notas promissórias comerciais da 1ª emissão foram integralmente liberadas.

Firmado acordo com o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para suspensão dos pagamentos de principal e dos juros remuneratórios do contrato por 6 meses, entre 15 de abril de 2020 e 15 de setembro de 2020, sem alteração do termo final do prazo de amortização e sem alteração da taxa de juros. O montante que deixou de ser pago neste período será incorporado ao saldo devedor e pago nas parcelas restantes do contrato, cujas prestações serão recalculadas. Como parte do trabalho de *Liabilities Management* a operação foi liquidada em 05 de outubro de 2020.

Adicionalmente as liquidações supracitadas e em consoante ao trabalho de *Liabilities Management* a companhia liquidou antecipadamente R\$ 56.623 mil de operações de capital de giro durante 2020.

d) Garantias

A Companhia mantém em garantia das operações de empréstimos e financiamentos aval da empresa controladora Irani Participações S.A. e/ou hipoteca ou alienação fiduciária de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, propriedades para investimentos e cessão fiduciária de recebíveis com valor de R\$ 44.647, em 31 de dezembro de 2020.

18. DEBÊNTURES

Conforme Fato Relevante divulgado em 31 de julho de 2019, foi realizada a distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, composta por 505.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$ 505.000, com o consequente cancelamento das debêntures não subscritas ou integralizadas, com prazo de 6 anos, contados da data de emissão.

Os recursos obtidos com a Emissão foram usados para liquidação de certas dívidas da Companhia, recomposição de seu caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital.

Circulante	<u>Emissão</u>	<u>Encargos anuais %</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>	
			<u>31.12.20</u>	<u>31.12.19</u>
Em moeda nacional				
Debêntures Simples	19.07.19	CDI + 4,50% a.a.	11.968	18.192
Total do circulante			11.968	18.192
Não Circulante				
Em moeda nacional				
Debêntures Simples	19.07.19	CDI + 4,50% a.a.	496.869	494.335
Total do não circulante			496.869	494.335
			508.837	512.527

<u>Vencimentos a longo prazo:</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31.12.20</u>	<u>31.12.19</u>
2023	165.623	164.778
2024 em diante	331.246	329.557
	496.869	494.335

a) Cronograma de amortização dos custos de captação

	<u>Emissão</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>a partir 2024</u>	<u>Total</u>
Em moeda nacional						
Debêntures Simples	19.07.19	2.659	2.968	2.742	2.421	10.790
Total moeda nacional		2.659	2.968	2.742	2.421	10.790

b) Garantias

i) As Debêntures contam com garantias, conforme segue:

- Alienação fiduciária de ativos florestais (6.770,21 hectares de plantações comerciais de madeira, incluindo plantações de Pinus e Eucaliptos).
- Alienação fiduciária da Planta de Celulose e Papel localizada na Vila Campina da Alegria, Vargem Bonita.

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos de propriedade da Emissora, localizados na referida planta.
- Alienação fiduciária de propriedades rurais (terras), localizadas nas cidades de Ponte Serrada, Catanduvás, Água Doce, Irani e Vargem Bonita.
- Cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de vendas no valor de R\$ 50.000.

c) Cláusulas Financeiras Restritivas

Índices financeiros com apuração anual

i) Relação entre a dívida líquida e o EBITDA, menor que:

Contratado 2019	Apurado 2019	Contratado 2020	Apurado 2020	Contratado 2021	Contratado 2022	Contratado 2023	Contratado 2024
4,00	3,40	3,50	1,07	3,50	3,50	3,50	3,50

ii) Relação EBITDA sobre despesa financeira líquida, maior que:

Contratado 2019	Apurado 2019	Contratado 2020	Apurado 2020	Contratado 2021	Contratado 2022	Contratado 2023	Contratado 2024
1,25	2,52	1,75	4,11	2,00	2,00	2,00	2,00

19. FORNECEDORES

Correspondem às obrigações junto a fornecedores conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
CIRCULANTE				
Interno	107.694	88.198	108.695	88.679
Externo	400	1.141	400	1.141
Partes relacionadas	11.767	28.221	-	-
	<u>119.861</u>	<u>117.560</u>	<u>109.095</u>	<u>89.820</u>

20. PARTES RELACIONADAS

Controladora	Créditos a receber		Contas a pagar	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Habitasul Florestal S.A.	-	-	1.710	806
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	-	-	10.057	27.415
Remuneração dos administradores	-	-	2.676	2.740
Participação dos administradores	-	-	8.085	-
Habitasul Desenvolvidos Imobiliários	-	-	18	18
Companhia Habitasul de Participações	61	-	-	-
Irani Participações S/A	2.495	4.023	-	181
Total	2.556	4.023	22.546	31.160
Parcela circulante	2.556	2.099	22.546	31.160
Parcela não circulante	-	1.924	-	-

Controladora	Receitas		Despesas	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Companhia Com.de Imóveis	-	-	149	144
Companhia Habitasul de Participações	427	-	-	-
Habitasul Florestal S.A.	-	-	7.489	11.781
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	-	-	4.514	17.892
MCFD Administração de Imóveis Ltda	-	-	1.497	1.266
PFD Administradora de Imóveis Ltda	-	-	1.497	1.266
Irani Participações S/A	-	-	1.414	6.334
Habitasul Desenvolvidos Imobiliários	-	-	216	204
Participação dos administradores	-	-	10.085	-
Remuneração dos administradores	-	-	12.622	13.294
Total	427	-	39.483	52.181

Consolidado	Créditos a receber		Contas a pagar	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Habitasul Desenvolvidos Imobiliários	-	-	18	18
Remuneração dos administradores	-	-	2.676	2.740
Participação dos administradores	-	-	8.085	-
Companhia Habitasul de Participações	61	-	-	-
Irani Participações S/A	2.495	4.023	-	181
Total	2.556	4.023	10.779	2.939
Parcela circulante	2.556	2.099	10.779	2.939
Parcela não circulante	-	1.924	-	-

Consolidado	Receitas		Despesas	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Irani Participações S/A	-	-	1.414	6.334
MCFD Administração de Imóveis Ltda	-	-	1.497	1.266
PFD Administradora de Imóveis Ltda	-	-	1.497	1.266
Companhia Habitasul de Participações	427	-	-	-
Remuneração dos administradores	-	-	12.685	13.346
Habitasul Desenvolvidos Imobiliários	-	-	216	-
Companhia Com.de Imóveis	-	-	149	204
Participação dos administradores	-	-	10.085	-
Total	427	-	27.543	22.416

Os débitos junto à controlada Habitasul Florestal S.A. são decorrentes de operações comerciais e de aquisição de matéria-prima, a preços e prazos nas condições estabelecidas entre as partes.

Os débitos junto à controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda são decorrentes de operações comerciais e de aquisição de matéria-prima a preços e prazos nas condições estabelecidas entre as partes.

O débito junto a MCFD Administração de Imóveis Ltda. e PFD Administradora de Imóveis Ltda, corresponde ao valor mensal de aluguel da Unidade Embalagem SP – Indaiatuba, firmado em 26 de dezembro de 2006 em condições de mercado e sua vigência é de 20 anos prorrogáveis. O valor mensal pago à cada uma das partes relacionadas é de R\$ 138, reajustados anualmente, de acordo com a mesma variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, medido pela Fundação Getúlio Vargas, esses contratos estão reconhecidos como arrendamento conforme nota explicativa nº 34.

As despesas com honorários da Administração, sem encargos sociais e incluindo benefícios, totalizaram na controladora R\$ 12.622 no exercício de 2020 (R\$ 13.294 no exercício de 2019) e no consolidado R\$ 12.685 no exercício de 2020 (R\$ 13.346 no exercício de 2019).

A remuneração global dos administradores foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2020 no valor máximo de R\$ 15.000.

O débito junto a Irani Participações S.A. corresponde à contrato de remuneração de garantia, pelo qual a Companhia remunera fianças e avais outorgados pela Irani Participações S.A., em seu favor, para viabilizar a contratação de empréstimos e financiamentos e o contrato de prestação de serviços de apoio as atividades societárias da Companhia, elaboração e registro de Reunião da Diretoria e do Conselho de Administração e de Assembleia. Conforme termos particulares de distrato, ambos os contratos foram distratados ao final de 2020.

O valor a receber da Irani Participações S.A refere-se a contrato de venda assinado entre a Companhia e a empresa Koch Metalúrgica S.A. através de instrumento particular de promessa de cessão parcial de direitos e obrigações contratuais da parte restante do imóvel (terrenos e edificações) de Cachoeirinha – RS, no montante total de R\$ 4.500, a serem pagos em 30 parcelas iguais e sucessivas de R\$ 150, cada uma ajustada em 1% ao mês, vencendo-se a primeira em 180 dias da assinatura do contrato. As parcelas vincendas serão reajustadas mensalmente pelo IGPM/FGV. Na mesma data a empresa Koch Metalúrgica S.A., transferiu a dívida através de instrumento particular de assunção de dívidas para a empresa Irapar Participações S.A.

O valor a receber junto a Companhia Habitasul de Participações decorre de contrato de prestação de serviços na área administrativa, a preços e prazos nas condições estabelecidas entre as partes.

21. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Circulante				
Parcelamento PIS	1.252	1.223	1.252	1.223
Parcelamento COFINS	5.764	5.633	5.764	5.633
Parcelamento IPI	1.143	21	1.143	21
Parcelamento ICMS	671	-	671	-
	<u>8.830</u>	<u>6.877</u>	<u>8.830</u>	<u>6.877</u>
Não Circulante				
Parcelamento PIS	1.877	3.057	1.877	3.057
Parcelamento COFINS	8.648	14.083	8.648	14.083
Parcelamento IPI	3.194	19	3.194	19
Parcelamento ICMS	2.320	-	2.320	-
	<u>16.039</u>	<u>17.159</u>	<u>16.039</u>	<u>17.159</u>
Total dos parcelamentos	<u>24.869</u>	<u>24.036</u>	<u>24.869</u>	<u>24.036</u>

Trata-se principalmente de parcelamento de PIS e COFINS em que a Companhia realizou compensações com origem na exclusão do ICMS da base das referidas contribuições. A Companhia mantinha provisão para contingências em relação ao assunto, e em função da demora e da indecisão referente à modulação dos efeitos do julgamento em sede de repercussão geral por parte do Supremo Tribunal Federal (STF), optou pelo seu parcelamento. O montante total de tributo levado a parcelamento foi de R\$ 25.219 (R\$ 31.349 atualizado com multa e juros), sendo este parcelado em 60 meses.

No primeiro trimestre de 2020, a Companhia efetuou a reversão da provisão para contingências tributárias reconhecidas em 2017, referente a crédito de IPI originalmente reconhecido a maior. O montante total do imposto levado a parcelamento foi de R\$ 3.548 (R\$ 4.864 atualizado com multa e juros).

No segundo trimestre de 2020, a Companhia parcelou em 60 meses débitos de ICMS com o Estado de São Paulo, referente as competências de março a maio de 2020. O montante total do imposto levado a parcelamento foi de R\$ 3.174 (R\$ 3.371 atualizado com multa e juros).

22. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de naturezas tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada pela opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita que o saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários é suficiente para cobrir perdas prováveis.

Abertura do saldo da provisão:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Provisões cíveis	2.252	1.873	2.252	2.353
Provisões trabalhistas	5.407	5.202	5.777	5.625
Provisões tributárias	10.011	16.702	10.011	16.702
Total	17.670	23.777	18.040	24.680

Detalhamento das movimentações das provisões:

	01.01.19	Provisão	Pagamentos	Reversão	Depósitos judiciais vinculados	31.12.19
Controladora						
Cível	1.635	425	-	(187)	-	1.873
Trabalhista	6.550	2.796	(2.802)	-	(1.342)	5.202
Tributária	14.797	1.905	-	-	-	16.702
	<u>22.982</u>	<u>5.126</u>	<u>(2.802)</u>	<u>(187)</u>	<u>(1.342)</u>	<u>23.777</u>
Consolidado						
Cível	1.735	4.425	(3.620)	(187)	-	2.353
Trabalhista	6.774	3.031	(2.802)	(9)	(1.369)	5.625
Tributária	14.797	1.905	-	-	-	16.702
	<u>23.306</u>	<u>9.361</u>	<u>(6.422)</u>	<u>(196)</u>	<u>(1.369)</u>	<u>24.680</u>
Controladora	31.12.19	Provisão	Pagamentos	Reversão	Depósitos judiciais vinculados	31.12.20
Cível	1.873	433	(54)	-	-	2.252
Trabalhista	5.202	1.483	(1.312)	(70)	104	5.407
Tributária	16.702	1.731	-	(8.422)	-	10.011
	<u>23.777</u>	<u>3.647</u>	<u>(1.366)</u>	<u>(8.492)</u>	<u>104</u>	<u>17.670</u>
Consolidado	31.12.19	Provisão	Pagamentos	Reversão	Depósitos judiciais vinculados	31.12.20
Cível	2.353	433	(534)	-	-	2.252
Trabalhista	5.625	1.512	(1.335)	(129)	104	5.777
Tributária	16.702	1.731	-	(8.422)	-	10.011
	<u>24.680</u>	<u>3.676</u>	<u>(1.869)</u>	<u>(8.551)</u>	<u>104</u>	<u>18.040</u>

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

- a) Os processos cíveis relacionam-se, entre outras questões, a pedidos indenizatórios de perdas e danos e rescisões contratuais de representação comercial. Em 31 de dezembro de 2020, havia no consolidado o valor de R\$ 2.252 provisionado para fazer frente às eventuais condenações nesses processos.

- b) Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de horas-extras, adicionais de insalubridade, periculosidade, enfermidades e acidentes de trabalho. Com base em experiência passada e na assessoria de seus advogados, a Companhia mantém provisionado no consolidado o valor de R\$ 5.777 em 31 de dezembro de 2020 e, acredita que seja suficiente para cobrir eventuais perdas trabalhistas.
- c) As provisões tributárias totalizam no consolidado o valor de R\$ 10.011 em 31 de dezembro de 2020, e se referem principalmente à:
- i) Apropriação de Crédito Presumido de ICMS no Estado de Minas Gerais vinculado a Protocolo de Intenções para Investimento na Unidade Papel localizada no Município de Santa Luzia, o qual não foi iniciado pois aguarda autorização dos Órgãos Ambientais e por razões estratégicas de mercado da Companhia. O montante apropriado até 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 6.973, para o qual foi constituída provisão para riscos tributários no valor corrigido de R\$ 8.762.
 - ii) Processos Administrativo e Judicial referente a glosa de créditos de ICMS pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, no montante total de R\$ 866. Os processos encontram-se em trâmite na esfera administrativa e judicial e aguardam julgamento.

Contingências

Para as contingências avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis. Em 31 de dezembro de 2020, o montante dessas contingências possíveis de naturezas trabalhistas, cíveis, e tributárias é composto como segue:

	Consolidado	
	31.12.20	31.12.19
Contingências trabalhistas	32.681	11.265
Contingências cíveis	6.407	4.511
Contingências tributárias	134.651	113.221
	<u>173.739</u>	<u>128.997</u>

Contingências trabalhistas:

As ações trabalhistas avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 32.681 em 31 de dezembro de 2020, a variação verificada em relação ao exercício de 2019 refere-se principalmente a processos trabalhistas decorrentes do encerramento das atividades da unidade de Vila Maria - SP (operação descontinuada) em 2019, e contemplam principalmente causas de indenização (periculosidade, insalubridade, horas extras, adicionais, danos materiais decorrentes de

acidentes de trabalho e pedidos de vínculo trabalhista com a Irani, por funcionários de prestadores de serviços). Tais processos encontram-se em diversas fases processuais de andamento.

Contingências cíveis:

As ações cíveis avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 6.407 em 31 de dezembro de 2020 e contemplam principalmente ações de indenizações que se encontram em diversas fases processuais de andamento.

Contingências tributárias passivas:

As ações tributárias avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 134.651 em 31 de dezembro de 2020 e contemplam principalmente os seguintes processos:

- Processos Administrativos e Judiciais referentes a cobranças do Estado de Santa Catarina e do Estado de São Paulo, oriundos supostamente de crédito tributário indevido de ICMS na aquisição de materiais utilizados no processo produtivo das unidades Industriais instaladas naqueles Estado, com valor em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 44.839. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.
- Processos Administrativos referentes a Autos de Infração de PIS e COFINS oriundos supostamente de crédito tributário indevido, com valor em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 34.743. A Companhia contesta os referidos autos administrativa e judicialmente e aguarda respectivos julgamentos.
- Processos Administrativos e Judiciais referentes a cobranças de supostos débitos de INSS, oriundos de Notificações Fiscais que versam sobre contribuição social incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção de empresas agroindustriais e compensação de débitos com créditos originados pela aplicação de alíquota maior do RAT nas Unidades Administrativas da Companhia e processo referente a auto de infração de INSS oriundo de compensação de débitos destes tributos com créditos da mesma espécie, que totalizam em 31 de dezembro de 2020 o valor de R\$ 14.818. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.
- Processo Administrativo referente a Autos de Infração oriundo de compensação de tributos federais com Crédito Presumido de IPI sobre exportações com valor em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 6.163. A Companhia discute judicialmente a referida notificação fiscal.
- Processos referentes a Autos de Infração de IRPJ e CSLL oriundos de compensação de débitos destes tributos com créditos da mesma espécie, com valor em 31 de

dezembro de 2020 de R\$ 3.276. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.

- Notificação Fiscal que tem por objeto aplicação de multa relativa ao IRPJ e CSLL dos exercícios 2015 a 2018, decorrentes de exclusões supostamente indevidas sobre o lucro líquido de cada período. A Receita Federal do Brasil entendeu que as reduções, com aumento do prejuízo fiscal, tiveram origem em amortização fiscal de ágio, sem respaldo legal.

O processo se encontra suspenso em virtude de a Companhia ter apresentado a respectiva impugnação administrativa, pela qual aguarda julgamento. O valor da multa aplicada na Notificação Fiscal é de R\$ 290. Caso a Companhia não obtenha êxito haverá reflexo adicional de reversão de prejuízo fiscal pela amortização do ágio utilizado no período, que resulta em redução de aproximadamente R\$ 19.551 de IRPJ e CSLL ativo sobre o valor amortizado do ágio.

Contingências tributárias ativas:

- A Companhia ajuizou em 2014, a Ação Ordinária nº 1030021-89.2014.8.26.0053 com o objetivo de obter declaração de inexigibilidade dos juros de mora incidentes nos pagamentos de débitos de ICMS, bem como sobre os valores do mesmo imposto parcelados administrativamente e sobre as parcelas isoladamente, em taxa superior à SELIC. A referida medida judicial foi julgada procedente reconhecendo a abusividade da legislação discutida, no entanto, julgou improcedente o pedido de compensação do indébito. A referida decisão transitou em julgado em 11 de março de 2020, frente a isso procedeu com a análise da decisão e realização de cálculos para liquidação, que estima ser aproximadamente R\$ 4.000. Atualmente o processo encontra-se em fase de revisão judicial do cálculo para homologação e liquidação judicial da decisão transitada em julgado definitiva para restituição por meio de precatório. O valor deste processo poderá sofrer alterações em razão da inexistência de decisão final relacionada a homologação dos cálculos. Atualmente o processo encontra-se em fase de cumprimento/execução de sentença, sendo que no dia 29 de janeiro de 2021 a Companhia peticionou no processo demonstrando o valor atualizado e requerendo a emissão do respectivo precatório.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 566.895 (R\$ 161.895 em 31 de dezembro de 2019), composto em 31 de dezembro de 2020 por 256.720.235 ações ordinárias sem valor nominal (153.909.975 ações ordinárias e 12.810.260 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2019).

Através de reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 10 de julho de 2020, foi aprovada a realização de oferta pública com esforços restritos de

colocação de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Oferta Restrita”).

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 22 de julho de 2020, foram aprovados a fixação do preço por ação de R\$ 4,50, bem como o efetivo aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado nos termos do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia, no montante de R\$ 405.000 (quatrocentos e cinco milhões de reais), mediante a emissão de 90.000.000 novas ações ordinárias da Companhia, bem como a sua homologação, no âmbito da Oferta Restrita.

Em razão do aumento do capital social da Companhia no âmbito da Oferta Restrita, o novo capital social da Companhia passou a ser de R\$ 566.895, representado por 256.720.235 ações, sendo 243.909.975 ações ordinárias e 12.810.260 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O valor do capital social, líquido dos custos com emissões de ações de R\$ 22.961 é de R\$ 543.934 em 31 de dezembro de 2020 (161.895 em 31 de dezembro de 2019).

Em 08 de outubro de 2020 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a migração da Companhia para o segmento especial de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) denominado Novo Mercado, bem como a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial, e a reforma global do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo aos requisitos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 e para incorporar os demais ajustes detalhados na proposta da Administração, com sua respectiva consolidação, cuja vigência é condicionada à aprovação da migração da Companhia ao Novo Mercado pela B3.

Também em 08 de outubro de 2020 foi ratificada pela Assembleia Geral Especial de Acionistas Titulares de Ações Preferenciais a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial, com direito de recesso de 30 dias a partir de 13 de outubro de 2020 aos acionistas titulares de ações preferenciais que se abstiveram de votar, dissentiram da deliberação ou não compareceram à Assembleia Geral Especial de Acionistas Titulares de Ações Preferenciais.

b) Remuneração dos acionistas

i) Juros sobre o capital próprio

O Conselho de Administração aprovou em 20 de agosto de 2020, “*ad referendum*” da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 4.774, os quais, líquidos do imposto sobre a renda retido na fonte incidente, perfazem o valor total de R\$ 4.218), correspondentes ao valor bruto de R\$ 0,018770 por ação ordinária e preferencial e líquidos do imposto sobre a renda retido na fonte de R\$ 0,015954 por ação ordinária e preferencial, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 26 de agosto de 2020 (“JSCP – 2º Trimestre”), pagos em

15 de setembro de 2020. Os JSCP – 2º Trimestre distribuídos foram imputados líquidos do imposto sobre a renda retido na fonte ao dividendo mínimo obrigatório eventualmente declarado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social em curso, conforme faculta o supracitado artigo 26, parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia.

ii) Dividendos intercalares

O Conselho de Administração aprovou em 20 de agosto de 2020, “*ad referendum*” da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia a distribuição de dividendos intercalares sobre os resultados apurados no primeiro semestre de 2020, no montante de R\$ 4.120, correspondentes a R\$ 0,016199 por ação ordinária e preferencial, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 26 de agosto de 2020, pagos em 15 de setembro de 2020. Os Dividendos Intercalares – 2º Trimestre distribuídos serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório eventualmente declarado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social em curso, conforme faculta o supracitado artigo 29, caput, do Estatuto Social da Companhia;

O Conselho de Administração aprovou em 12 de novembro de 2020, “*ad referendum*” da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia a distribuição de dividendos intercalares sobre os resultados apurados no terceiro trimestre de 2020, no montante de R\$ 5.876, correspondentes a R\$ 0,02310 por ação ordinária e preferencial, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 17 de novembro de 2020, pagos em 04 de dezembro de 2020. Os Dividendos Intercalares – 3º Trimestre distribuídos serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório eventualmente declarado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social em curso, conforme faculta o supracitado artigo 29, caput, do Estatuto Social da Companhia

O montante dos Proventos do 2º Trimestre e do 3º Trimestre aprovados perfaz 25% do lucro líquido apurado nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia de 30 de junho de 2020 e 30 de setembro de 2020, calculado de acordo com os artigos 22 a 29 do Estatuto Social da Companhia.

c) Ações em tesouraria

	Controladora			
	31.12.20		31.12.19	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor
i) Plano de recompra	24.000	30	24.000	30
ii) Direito de recesso	2.352.116	6.804	2.352.100	6.804
	<u>2.376.116</u>	<u>6.834</u>	<u>2.376.100</u>	<u>6.834</u>

i) Plano de recompra: teve por objetivo maximizar o valor das ações para os acionistas, e teve como prazo para realização da operação 365 dias, até 23 de novembro de 2011.

ii) Direito de recesso: as ações adquiridas foram objeto de alterações de vantagens atribuídas às ações preferenciais da Companhia deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2012 e da conversão das ações preferenciais em ordinárias em 08 de outubro de 2020. Os acionistas titulares das ações preferenciais dissidentes tiveram direito de retirarem-se da Companhia mediante reembolso do valor das ações com base no valor patrimonial constante do balanço de 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2019.

d) Resultado do exercício

Em conformidade com o Art. 202 da Lei 6.404/1976 os acionistas possuem direito de dividendos mínimos e obrigatórios. No caso da Companhia está previsto no estatuto que os dividendos mínimos serão de 25% do lucro líquido após a compensação de prejuízos acumulados, a destinação da reserva legal e a destinação da reserva de incentivos fiscais.

A Companhia adiciona ao lucro base para distribuição de dividendos, as realizações da reserva de ativos biológicos e da reserva de ajustes de avaliação patrimonial.

O cálculo dos dividendos e o saldo de dividendos a pagar estão assim compostos:

	31.12.20	31.12.19
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	92.761	(79.592)
(-) Reserva legal	(4.538)	-
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	8.945	2.502
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos (controladas)	-	8.047
Realização - custo atribuído	3.126	23.893
Prejuízo de anos anteriores	(1.992)	-
Lucro/(Prejuízo) base para distribuição de dividendos	98.302	(45.150)
Dividendo mínimo obrigatório	24.576	-
Total de dividendos por ação ordinária (R\$ por ação)	0,096624	-
Dividendos distribuídos	9.996	-
Juros sobre capital Próprio - JCP	4.774	-
(-) IRRF sobre Juros sobre o capital Próprio - JCP	(556)	-
Juros sobre capital Próprio - JCP líquidos de IRRF	4.218	-
Saldo de dividendos a pagar	10.362	-
Saldo de dividendos a pagar por ação ordinária (R\$ por ação)	0,040738	-

Conforme a política de distribuição de dividendos e pagamento de juros sobre o capital próprio da Companhia, os seguintes dividendos estão sendo propostos pela Administração. Os dividendos não foram reconhecidos como passivos tendo em vista que tais dividendos adicionais propostos serão submetidos a Assembleia Geral Extraordinária para aprovação.

	31.12.20	31.12.19
Dividendos adicionais propostos	24.576	-
Total de dividendos adicionais propostos por ação ordinária (R\$ por ação)	0,096624	-

e) Reservas de lucros

As Reservas de lucros estão compostas por: i) reserva legal, ii) reserva de ativos biológicos, iii) reserva de retenção de lucros, iv) reservas de incentivos fiscais.

i) Em conformidade com o Estatuto da Companhia a Reserva legal é constituída através da destinação de 5% do lucro líquido do exercício e poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumento de capital.

ii) A reserva de ativos biológicos foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos biológicos a valor justo no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. A criação desta reserva estatutária foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de fevereiro de 2012, quando ocorreu a transferência do montante reconhecido anteriormente em reserva de lucros a realizar.

iii) A reserva de retenção de lucros está composta pelo saldo de lucros remanescentes após a compensação dos prejuízos e a constituição da reserva legal, bem como diminuído da parcela de dividendos distribuídos. Esses recursos serão destinados a investimentos em ativo imobilizado previamente aprovados pelo Conselho de Administração ou poderão, futuramente, serem deliberados para distribuição pela Assembleia Geral. Alguns contratos com credores contêm cláusulas restritivas para distribuição de dividendos superiores ao mínimo legal na data da deliberação para seu respectivo pagamento.

iv) A reserva de incentivos fiscais foi constituída pela parcela do lucro líquido de exercícios anteriores decorrente de subvenções governamentais para investimentos na modernização e ampliação da capacidade de produção de papel em Minas Gerais e ampliação da unidade industrial localizada em Santa Catarina, sendo excluída da base do dividendo obrigatório.

f) Prejuízos acumulados

Os prejuízos acumulados representavam o saldo negativo dos resultados da Companhia após a absorção da reserva legal e da reserva de retenção de lucros, e foram integralmente absorvidos pelo resultado do exercício de 2020.

g) Ajustes de avaliação patrimonial

Foi constituído em função de a Companhia ter avaliado seus ativos imobilizados (terras, maquinários e edificações) ao custo atribuído no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. Sua realização se dará pela depreciação do respectivo valor de custo atribuído, quando também será oferecida à base de dividendos. O saldo líquido dos tributos em 31 de dezembro de 2020 corresponde a um saldo credor de R\$ 154.759 (R\$ 163.704 em 31 de dezembro de 2019).

Também estavam registrados os valores dos instrumentos financeiros designados como *hedge* de fluxo de caixa líquidos dos efeitos tributários, liquidados no exercício de 2019. As movimentações do *hedge accounting* no exercício estão demonstradas na nota explicativa nº 31.

As movimentações dos ajustes de avaliação patrimonial estão demonstradas no quadro abaixo:

	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2018	<u>78.906</u>
<i>Hedge</i> fluxo de caixa	108.691
Realização - custo atribuído	<u>(23.893)</u>
Em 31 de dezembro de 2019	<u>163.704</u>
Realização - custo atribuído	<u>(8.945)</u>
Em 31 de dezembro de 2020	<u>154.759</u>

24. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído é calculado pela divisão do lucro/(prejuízo) das operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis durante o período. A Companhia não possui efeitos de ações potenciais como dívidas conversíveis em ações, desta forma o lucro/(prejuízo) diluído é igual ao lucro/(prejuízo) básico por ação.

a) Resultado básico e diluído das operações continuadas:

Controladora e Consolidado	2020	
	Ações ON Ordinárias	Ações ON Total
Média ponderada da quantidade de ações	254.344.119	254.344.119
Lucro do exercício atribuível a cada espécie de ações	92.761	92.761
Lucro por ação básico e diluído - R\$	0,3647	

Controladora e Consolidado	2019		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	153.885.975	10.458.160	164.344.135
Lucro do exercício atribuível a cada espécie de ações	24.772	1.684	26.456
Lucro por ação básico e diluído - R\$	0,1610	0,1610	

b) Resultado básico e diluído de operação descontinuada:

Controladora e Consolidado	2020	
	Ações ON Ordinárias	Ações ON Total
Média ponderada da quantidade de ações	254.344.119	254.344.119
Lucro do exercício atribuível a cada espécie de ações	-	-
Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	-	

Controladora e Consolidado	2019		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	153.885.975	10.458.160	164.344.135
Prejuízo do exercício atribuível a cada espécie de ações	(99.300)	(6.748)	(106.048)
Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	(0,6453)	(0,6453)	

25. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Receita bruta de vendas de produtos	1.305.890	1.140.232	1.310.198	1.150.762
Impostos sobre as vendas	(266.993)	(236.763)	(267.234)	(237.103)
Devoluções de vendas	(13.346)	(14.665)	(13.359)	(14.880)
Receita líquida de vendas	<u>1.025.551</u>	<u>888.804</u>	<u>1.029.605</u>	<u>898.779</u>

As receitas da Companhia são reconhecidas quando as obrigações de performance são atendidas. Os principais produtos vendidos pela Companhia representam os segmentos operacionais estabelecidos conforme nota explicativa nº 32.

Todas as transações de venda geram recebíveis que estão descritos na nota explicativa nº 6. Não há outros ativos ou passivos de contrato reconhecidos.

26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A composição das despesas por natureza está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Custos fixos e variáveis (matérias primas e materias de consumo)	(556.825)	(445.314)	(547.815)	(422.398)
Gastos com pessoal	(137.591)	(127.683)	(147.390)	(135.202)
Variação valor justo dos ativos biológicos	11.009	12.226	18.374	7.970
Depreciação, amortização e exaustão	(71.685)	(103.035)	(77.236)	(117.309)
Frete de vendas	(50.301)	(46.427)	(49.907)	(47.853)
Contratação de serviços	(30.306)	(24.415)	(30.967)	(25.583)
Outras despesas com vendas	(40.364)	(34.066)	(42.018)	(35.774)
Total custos e despesas por natureza	<u>(876.063)</u>	<u>(768.714)</u>	<u>(876.959)</u>	<u>(776.149)</u>
Parcela do custo	(717.538)	(640.866)	(722.663)	(638.349)
Parcela da despesa	(169.534)	(140.074)	(172.670)	(145.770)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	11.009	12.226	18.374	7.970

27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Receitas	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Receita de bens sinistrados e alienados	5.533	1.582	5.533	1.603
Crédito de Carbono	379	-	379	-
Venda de Florestas à CMPC	-	39.000	-	39.000
Venda de Terras à Rio Negro	-	53.000	-	53.000
Ganho ação exclusão ICMS da base das contribuições de PIS e COFINS	9.352	74.124	9.352	74.124
Outras receitas operacionais	2.985	1.761	3.000	1.789
	<u>18.249</u>	<u>169.467</u>	<u>18.264</u>	<u>169.516</u>
Despesas	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Custo dos bens sinistrados e alienados	(2.466)	(166)	(2.466)	(204)
Contingência na controlada Habitasul Florestal	-	-	-	(4.000)
Custo venda de Florestas à CMPC	-	(41.891)	-	(41.891)
Custo venda de Terras à Rio Negro	-	(36.907)	-	(36.907)
Provisão de subvenção governamental Estado MG	(1.515)	(1.316)	(1.515)	(1.316)
Impairment de ativos de controladas	-	-	(771)	-
Outras despesas operacionais	(405)	(2.721)	(643)	(2.706)
	<u>(4.386)</u>	<u>(83.001)</u>	<u>(5.395)</u>	<u>(87.024)</u>
Total Outras Receitas e Despesas Operacionais	<u>13.863</u>	<u>86.466</u>	<u>12.869</u>	<u>82.492</u>

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	4.360	2.430	4.474	2.465
Juros	10.186	58.929	10.192	58.929
Descontos obtidos	494	643	516	646
	<u>15.040</u>	<u>62.002</u>	<u>15.182</u>	<u>62.040</u>
Variação cambial				
Variação cambial ativa	13.071	15.245	13.071	15.245
Variação cambial passiva	(13.711)	(174.716)	(13.711)	(174.716)
Variação cambial líquida	<u>(640)</u>	<u>(159.471)</u>	<u>(640)</u>	<u>(159.471)</u>
Despesas financeiras				
Juros	(65.571)	(130.822)	(64.511)	(130.834)
Descontos concedidos	(318)	(609)	(334)	(609)
Deságios/despesas bancárias	(875)	(861)	(889)	(865)
Juros Passivos Sobre Arrendamentos	(2.070)	(2.029)	(2.070)	(2.029)
Outros	(2.339)	(2.879)	(2.339)	(2.879)
	<u>(71.173)</u>	<u>(137.200)</u>	<u>(70.143)</u>	<u>(137.216)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(56.773)</u>	<u>(234.669)</u>	<u>(55.601)</u>	<u>(234.647)</u>

A Receita financeira de juros está impactada pelo reconhecimento da correção pela SELIC dos créditos de PIS e COFINS, relativos ao processo de exclusão do ICMS na base de PIS e COFINS, que transitou em julgado, conforme descrito na nota explicativa nº 8.

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da taxa efetiva dos impostos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Lucro/(Prejuízo) operacional antes dos efeitos tributários das Operações Continuadas	109.176	(29.640)	109.914	(29.525)
Prejuízo/(Lucro) operacional antes dos efeitos tributários das Operações Descontinuadas	-	(106.048)	-	(106.048)
Lucro/(Prejuízo) operacional antes dos efeitos tributários	109.176	(135.688)	109.914	(135.573)
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%
Débito (crédito) tributário à alíquota básica	(37.120)	46.134	(37.371)	46.095
Imposto de Renda e Contribuição Social constituídos de exercícios anteriores	8.007	7.361	8.007	7.361
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	883	(519)	-	-
Despesas indedutíveis	(594)	395	(358)	395
Constituição (reversão) incentivos fiscais	(210)	58	(191)	58
Juros s/capital próprio	1.623	-	1.623	-
Compensação de base negativa de exercícios anteriores	10.623	-	10.623	-
Diferença de tributação (empresas controladas)	-	-	145	(634)
Outras diferenças permanentes	373	2.667	369	2.706
	(16.415)	56.096	(17.153)	55.981
Imposto de renda e contribuição social corrente	(23.762)	-	(24.295)	(299)
Imposto de renda e contribuição social diferido	7.347	56.096	7.142	56.280
Taxa efetiva - %	15,0	41,3	15,6	41,3

30. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha contratado seguro empresarial com coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval para fábricas, usinas, vila residencial e escritórios, e também coberturas de responsabilidade civil geral, responsabilidade de D&O, em montante total de R\$ 347.112. Também estão contratados seguros de vida em grupo para os colaboradores com cobertura mínima de 24 vezes o salário do colaborador ou no máximo de R\$ 500, além de seguro de frota de veículos com cobertura a valor de mercado.

Em relação às florestas, a Companhia avaliou os riscos existentes e concluiu pela não contratação de seguros, face às medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos florestais que têm se mostrado eficientes. A Administração avalia que o gerenciamento dos riscos relacionados às atividades florestais é adequado para a continuidade operacional da atividade na Companhia.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (captações e debêntures detalhadas nas notas explicativas nº 17 e nº 18, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos, aplicações financeiras e banco conta vinculada), conforme detalhado nas notas explicativas nº 5 e nº 9, e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 23).

A Companhia não está sujeita a qualquer requerimento externo sobre o capital.

A Administração da Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, são considerados o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. A Companhia tem como meta manter uma estrutura de capital de 30% a 50% de capital próprio e 70% a 50% de capital de terceiros. A estrutura de capital em 31 de dezembro de 2020 foi de 76 % capital próprio e 24 % capital de terceiros.

Índice de endividamento

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Dívida (a)	588.232	838.256	588.247	838.310
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(327.681)	(78.318)	(346.232)	(80.822)
Bancos conta Vinculada	-	(29.165)	-	(29.165)
Dívida Líquida	<u>260.551</u>	<u>730.773</u>	<u>242.015</u>	<u>728.323</u>
Patrimônio Líquido (b)	<u>786.154</u>	<u>336.485</u>	<u>786.160</u>	<u>336.491</u>
Índice de endividamento líquido	<u>0,33</u>	<u>2,17</u>	<u>0,31</u>	<u>2,16</u>

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos e debêntures de curto e longo prazo, conforme detalhado na nota explicativa nº 17 e nº 18.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Categorias de instrumentos financeiros

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e saldos de bancos	5	35.709	78.318	54.260	80.822
Custo amortizado					
Aplicações Financeiras	5	291.972	-	291.972	-
Conta a receber de clientes	6	205.572	162.380	206.643	163.828
Outras contas a receber	10	6.484	27.050	6.617	27.219
Bancos conta vinculada	9	-	29.165	-	29.165
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	17	79.395	325.729	79.410	325.783
Debêntures	18	508.837	512.527	508.837	512.527
Fornecedores	19	119.861	117.560	109.095	89.820
Adiantamento de clientes		6.377	4.796	6.407	4.860
Passivo de arrendamento	34	21.103	22.397	21.103	22.397
Parcelamentos tributários	21	24.869	24.036	24.869	24.036
Dividendo e JCP a pagar		10.467	1.818	10.467	1.818
Outras contas a pagar		12.487	13.561	12.758	13.867

Fatores de risco financeiro

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Tendo como objetivo estabelecer regras para a gestão financeira a Companhia mantém em vigor desde 2010, a Política de Gestão Financeira, a qual normatiza e estabelece diretrizes para a utilização dos instrumentos financeiros.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos financeiros.

Risco de exposição cambial

A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, essas operações apresentaram exposição passiva líquida conforme o quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Contas a receber	22.875	25.004	22.875	25.004
Adiantamento de clientes	(2.468)	(4.796)	(2.468)	(4.796)
Fornecedores	(400)	(1.141)	(400)	(1.141)
Empréstimos e financiamentos	(21.506)	(23.720)	(21.506)	(23.720)
Exposição líquida	<u>(1.499)</u>	<u>(4.653)</u>	<u>(1.499)</u>	<u>(4.653)</u>

A Companhia protege a exposição cambial líquida com o equivalente a menos de um mês das exportações, tomando como base a média das exportações realizadas no exercício de 2020, e menos de um mês das exportações tomando como base a média das exportações realizadas no exercício de 2019.

A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolvemos uma análise de sensibilidade que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, além de um cenário base. Estes cenários poderão gerar impactos no resultado e no patrimônio líquido, conforme descrito abaixo:

1 – Cenário base: para a definição do cenário base a cotação do dólar utilizada pela Companhia segue as projeções do mercado futuro B3 para a próxima divulgação (31 de março de 2021).

2 – Cenário adverso: deterioração de 25% da taxa de câmbio em relação ao nível projetado em 31 de março de 2021.

3 – Cenário remoto: deterioração de 50% da taxa de câmbio em relação ao nível projetado em 31 de março de 2021.

Operação	Saldo 31.12.20 US\$	Cenário base Ganho (perda)		Cenário adverso Ganho (perda)		Cenário remoto Ganho (perda)	
		Taxa	R\$	Taxa	R\$	Taxa	R\$
Ativos							
Contas a receber e Bancos conta vinculada	4.402	5,19	(37)	6,49	5.672	7,78	11.384
Passivos							
Fornecedores e Adiantamento de clientes	(552)	5,19	5	6,49	(711)	7,78	(1.427)
Empréstimos e financiamentos	(4.138)	5,19	35	6,49	(5.332)	7,78	(10.701)
Efeito líquido			<u>3</u>		<u>(371)</u>		<u>(744)</u>

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado de câmbio sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 31 de dezembro de 2020 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. A Companhia procura manter as suas operações de empréstimos e financiamentos, expostos à variação cambial, com pagamentos líquidos anuais equivalentes ou inferiores aos recebimentos provenientes das suas exportações.

Desta forma a Companhia busca proteger seu fluxo de caixa das variações do câmbio, e os efeitos dos cenários acima, se realizados, não deverão gerar impactos relevantes no seu fluxo de caixa.

Risco de Taxas de juros

A Companhia pode ser impactada por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, à mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TLP (Taxa de Longo Prazo do BNDES), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

A análise de sensibilidade calculada para o cenário base, cenário adverso e cenário remoto, sobre os contratos de empréstimos e financiamentos que tem base de juros indexados está representada conforme abaixo:

1 – Cenário base: para a definição do cenário base o CDI e SELIC utilizados pela Companhia seguem as projeções do mercado futuro B3 para a próxima divulgação (31 de março de 2021). A TLP é obtida do BNDES.

2 – Cenário adverso: correção de 25% das taxas de juros em relação ao nível projetado para 31 de março de 2021.

3 – Cenário remoto: correção de 50% das taxas de juros em relação ao nível projetado para 31 de março de 2021.

Operação	Indexador	Saldo 31.12.20	Cenário base Ganho (Perda)		Cenário adverso Ganho (Perda)		Cenário remoto Ganho (Perda)	
			Taxa % a.a	R\$	Taxa % a.a	R\$	Taxa % a.a	R\$
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras								
CDB	CDI	341.788	1,98%	288	2,48%	2.071	2,97%	3.854
Captações								
Capital de Giro	CDI	(574.729)	1,98%	(495)	2,48%	(3.559)	2,97%	(6.622)
Finame	TLP	(777)	4,39%	1	5,49%	(7)	6,59%	(16)
Finame	SELIC	(124)	1,98%	-	2,48%	(1)	2,97%	(1)
Efeito Líquido no Resultado				(206)		(1.496)		(2.785)

Valor justo versus valor contábil

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Utilizamos os métodos e premissas listados a seguir para estimar o valor justo:

- Os saldos contábeis de contas a receber, contas a pagar de curto prazo apresentados no balanço da Companhia se aproximam dos seus valores justos devido a seus prazos curtos de liquidação.

- Empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures - considerando as dívidas, informações de mercado e as taxas de juros dos empréstimos, financiamentos e debêntures contratados, o valor justo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 636.128. A Companhia utilizou como técnica de avaliação fluxos de caixa descontados, considerando o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa

de desconto ajustada ao risco da Companhia. O valor justo apurado é de nível 2, na hierarquia do valor justo.

Riscos de crédito

As vendas a prazo da Companhia são administradas através de política de qualificação e concessão de crédito. As perdas de crédito esperadas estão adequadamente cobertas por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes.

As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes de diferentes setores e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber e, quando apropriado, uma cobertura de garantia de crédito é solicitada.

As renegociações de clientes em sua maioria estão amparadas por contratos de confissão de dívida, garantias de máquinas, equipamentos, além de aval na pessoa física, garantindo o valor da dívida.

Risco de liquidez

A Administração monitora o nível de liquidez considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende caixa, aplicações financeiras, fluxo de contas a receber e a pagar, e pagamento de empréstimos e financiamentos. A política de gestão de liquidez envolve a projeção de fluxos de caixa nas moedas utilizadas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

O quadro a seguir demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros pré-fixados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2020 e os detalhes do prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos não descontados, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos.

Controladora

	2021	2022	2023	2024	acima 2024
Passivos					
Fornecedores	119.861	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	44.108	35.729	231	7	-
Debêntures	36.897	22.269	186.891	179.468	172.045
Parcelamentos tributários	8.830	8.696	5.187	1.679	477
Adiantamento de clientes	6.377	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	3.974	3.974	3.974	3.974	5.207
Dividendos e JCP a pagar	10.467	-	-	-	-
Outras contas a pagar	12.428	59	-	-	-
	242.942	70.727	196.283	185.128	177.729

Consolidado

	2021	2022	2023	2024	acima 2024
Passivos					
Fornecedores	109.095	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	44.122	35.729	231	7	-
Debêntures	36.897	22.269	186.891	179.468	172.045
Parcelamentos tributários	8.830	8.696	5.187	1.679	477
Adiantamento de clientes	6.407	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	3.974	3.974	3.974	3.974	5.207
Dividendos e JCP a pagar	10.467	-	-	-	-
Outras contas a pagar	12.699	59	-	-	-
	232.491	70.727	196.283	185.128	177.729

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados (passivos financeiros não derivativos) estão sujeitos a mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do período do relatório.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não tinha contratado nenhum instrumento financeiro derivativo.

Hedge de fluxo de caixa

A Companhia adotou o *Hedge accounting* em 01 de maio de 2012 nas operações contratadas para a cobertura dos riscos de variação cambial, considerando seu fluxo das exportações, tendo classificado como “*hedge* de fluxo de caixa” (*Cash Flow Hedge*).

Desta forma, a Companhia protegia o risco da variação cambial dos seus fluxos de caixa futuros através da contratação de instrumentos financeiros passivos não derivativos, considerado *hedge* natural.

Em agosto de 2019 foram liquidadas duas operações que incorporavam o *Hedge accounting*, um contrato de PPE – Pré-Pagamento de Exportação com os bancos Rabobank e Santander e um contrato de PPE – Pré-Pagamento de Exportação com o Banco Santander, reduzindo assim o saldo de variação cambial no patrimônio líquido, devido a reclassificação para resultado.

Em novembro de 2019 foi liquidada a operação restante que incorporava o *Hedge accounting*, um contrato de PPE – Pré-Pagamento de Exportação com o Bank Of América NA., zerando assim o saldo de variação cambial no patrimônio líquido, devido a reclassificação para resultado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não houve movimentações de *hedge* de fluxo de caixa.

Movimentação do <i>Hedge</i> fluxo de caixa	Controladora e Consolidado	
	31.12.20	31.12.19
Saldo inicial	-	164.683
Variação do <i>hedge</i> fluxo de caixa	-	14.509
Reclassificação para resultado	-	(179.192)
	-	-
Saldo inicial	-	(55.992)
Impostos sobre variação do <i>hedge</i> fluxo de caixa	-	(4.933)
Impostos sobre reclassificação para resultado	-	60.925
	-	-
Saldo Final	-	-

32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

a) Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia possui três divisões estratégicas principais, seguindo a forma com que a Administração gerencia o negócio. A receita da Companhia está segmentada de acordo com os produtos e segmentos operacionais definidos.

A Administração definiu como segmentos operacionais: embalagem P.O.; papel para embalagens; florestal RS e resinas, conforme segue abaixo descrito:

Segmento Embalagem PO: este segmento produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas, e conta com duas unidades produtivas: Embalagem SC - Campina da Alegria e Embalagem SP - Indaiatuba.

Segmento Papel para Embalagens: produz papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e papéis reciclados, destinados ao mercado externo e interno, além de direcionar parte da produção para o Segmento Embalagem PO, com duas unidades produtivas: Papel SC Campina da Alegria e Papel MG – Santa Luzia.

Segmento Florestal RS e Resinas: através deste segmento, a Companhia cultiva pinus para o próprio uso, comercializa madeiras e extrai a resina do pinus que serve de matéria prima para a produção de breu e terebintina.

b) Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	Consolidado				
	2020				
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:					
Mercado interno	550.400	288.919	5.241	-	844.560
Mercado externo	-	111.252	73.793	-	185.045
Receita de vendas para terceiros	550.400	400.171	79.034	-	1.029.605
Receitas entre segmentos	-	-	-	-	-
Vendas líquidas totais	550.400	400.171	79.034	-	1.029.605
Variação valor justo ativo biológico	-	24.177	(5.803)	-	18.374
Custo dos produtos vendidos	(411.637)	(250.624)	(60.084)	(318)	(722.663)
Lucro bruto	138.763	173.724	13.147	(318)	325.316
Despesas operacionais	(59.408)	(24.068)	(13.375)	(62.950)	(159.801)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	79.355	149.656	(228)	(63.268)	165.515
Resultado financeiro	(26.443)	(29.755)	597	-	(55.601)
Resultado operacional líquido das operações continuadas	52.912	119.901	369	(63.268)	109.914
Resultado operacional líquido	52.912	119.901	369	(63.268)	109.914
Depreciação e Amortização	(14.659)	(47.384)	(1.441)	(1.980)	(65.464)
	Consolidado				
	2019				
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:					
Mercado interno	472.492	248.535	9.019	-	730.046
Mercado externo	-	92.653	76.080	-	168.733
Receita de vendas para terceiros	472.492	341.188	85.099	-	898.779
Variação valor justo ativo biológico	-	10.837	(2.867)	-	7.970
Custo dos produtos vendidos	(363.864)	(207.348)	(66.129)	(1.008)	(638.349)
Lucro bruto	108.628	144.677	16.103	(1.008)	268.400
Despesas operacionais	(56.545)	(25.632)	(17.496)	36.395	(63.278)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	52.083	119.045	(1.393)	35.387	205.122
Resultado financeiro	(75.886)	(134.389)	(24.372)	-	(234.647)
Resultado operacional líquido das operações continuadas	(23.803)	(15.344)	(25.765)	35.387	(29.525)
Resultado operacional líquido das operações descontinuadas	(106.048)	-	-	-	(106.048)
Resultado operacional líquido	(129.851)	(15.344)	(25.765)	35.387	(135.573)
Depreciação e Amortização	(12.424)	(45.012)	(1.393)	(1.691)	(60.520)

O saldo na coluna Corporativo/eliminações envolve substancialmente despesas da área de apoio corporativa, não rateadas aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos.

As informações referentes ao resultado financeiro foram distribuídas por segmento operacional levando-se em consideração a alocação específica de cada receita e despesa financeira ao seu segmento, e a distribuição das despesas e receitas corporativas proporcional ao faturamento de cada segmento.

As informações de imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização da Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada.

A operação descontinuada fazia parte do segmento Embalagem PO, e seus efeitos detalhados estão demonstrados na nota explicativa nº 37.

c) Receitas líquidas de vendas

As receitas líquidas de vendas no exercício de 2020 totalizaram R\$ 1.029.605 (R\$ 898.779 no exercício de 2019).

As receitas líquidas de vendas para o mercado externo no exercício de 2020 totalizaram R\$ 185.045 (R\$ 168.733 exercício de 2019), distribuída por diversos países, conforme composição abaixo:

Consolidado			Consolidado		
2020			2019		
País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total	País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total
China	42.122	4,09%	Argentina	30.504	3,39%
Argentina	32.050	3,11%	Arábia Saudita	18.958	2,11%
Arábia Saudita	15.233	1,48%	China	17.526	1,95%
EUA	9.524	0,93%	Portugal	16.559	1,84%
Paraguai	9.326	0,91%	Japão	9.634	1,07%
Chile	8.560	0,83%	África do Sul	8.959	1,00%
África do Sul	8.045	0,78%	Países Baixos	7.875	0,88%
Portugal	7.882	0,77%	Paraguai	7.668	0,85%
Peru	5.748	0,56%	Chile	7.060	0,79%
Índia	5.586	0,54%	Espanha	6.983	0,78%
Japão	5.399	0,52%	Índia	6.896	0,77%
Alemanha	3.998	0,39%	Peru	6.129	0,68%
Irlanda	3.917	0,38%	França	3.666	0,41%
Turquia	3.729	0,36%	Turquia	3.386	0,38%
Kuwait	3.529	0,34%	México	3.197	0,36%
Outros Países	20.397	1,98%	Outros Países	13.733	1,53%
	<u>185.045</u>	<u>17,97%</u>		<u>168.733</u>	<u>18,79%</u>

As receitas líquidas de vendas da Companhia no exercício de 2020 no mercado interno totalizaram R\$ 844.560 (R\$ 730.046 no exercício de 2019).

No exercício de 2020, um único cliente representava 6,9% das receitas líquidas do mercado interno no segmento Embalagem PO, equivalente a R\$ 38.075. As demais vendas da Companhia no mercado interno e externo foram pulverizadas, não havendo concentração de vendas de percentual acima de 10% para nenhum cliente.

33. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS no Estado de Santa Catarina e no Estado de Minas Gerais:

- i) ICMS/SC – Prodec: possibilita que 60% do incremento de ICMS no Estado de Santa Catarina, calculado sobre uma base média (setembro 2006 a agosto 2007) anterior aos investimentos realizados é diferido para pagamento após 48 meses. Este benefício é calculado mensalmente e está condicionado à realização dos investimentos planejados, além da manutenção da regularidade junto ao Estado, condições estas que estão sendo plenamente atendidas.

Sobre os valores dos incentivos, haverá incidência de encargos às taxas contratuais de 4,0% ao ano. Para fins de cálculo a valor presente deste benefício, a Companhia utilizou a taxa média de 6,23% como custo de captação para linhas de financiamento com características semelhantes às necessárias para os respectivos desembolsos caso não possuísse o benefício.

A vigência do benefício é de 14 anos (10 anos de fruição e 4 anos de carência), iniciado em janeiro de 2009 e com término em dezembro de 2022, ou até o limite de R\$ 55.199 de ICMS diferido. Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía R\$ 9.228 (R\$ 13.337 em 31 de dezembro de 2019) de ICMS diferido registrado no passivo, líquido da subvenção governamental de R\$ 9.068 (R\$ 12.560 em 31 de dezembro de 2019).

- ii) ICMS/MG – Crédito Presumido: O Estado de Minas Gerais concede como principal benefício crédito presumido de ICMS resultando no recolhimento efetivo de 2% do valor das operações de saída dos produtos industrializados pela Companhia, com o objetivo de viabilizar a expansão da unidade industrial localizada em Santa Luzia – MG.

34. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Controladora e Consolidado	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Total
Reconhecimento inicial em 01.01.19	6.215	15.613	3.794	25.622
Depreciação	(659)	(2.008)	(1.186)	(3.853)
Adição/baixa de contratos - efeito na depreciação acumulada	-	-	729	729
Adição/baixa de contratos - efeito principal	-	-	(73)	(73)
Saldo contábil líquido em 31.12.19	5.556	13.605	3.264	22.425
Custo	6.215	15.613	3.721	25.549
Depreciação acumulada	(659)	(2.008)	(457)	(3.124)
Saldo contábil líquido em 31.12.19	5.556	13.605	3.264	22.425
Saldo em 01.01.20	5.556	13.605	3.264	22.425
Depreciação	(970)	(2.070)	(928)	(3.968)
Adição/baixa de contratos - efeito principal	579	1.621	523	2.723
Saldo contábil líquido em 31.12.20	5.165	13.156	2.859	21.180
Custo	6.794	17.234	4.244	28.272
Depreciação acumulada	(1.629)	(4.078)	(1.385)	(7.092)
Saldo contábil líquido em 31.12.20	5.165	13.156	2.859	21.180

A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento a valor presente pelas taxas de 12,06% a 14,43% a.a., calculadas considerando a taxa livre de risco (NTN), o *spread* de risco da Companhia, o risco equivalente do país e o risco específico do ativo. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos com prazo médio de 6,5 anos.

Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

Controladora e Consolidado	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Total
Reconhecimento inicial em 01.01.19	10.314	26.758	4.697	41.769
Parcela do arrendamento	(1.472)	(3.170)	(1.340)	(5.982)
Adição/baixa de contratos - efeito no principal	-	-	1.051	1.051
Reconhecimento inicial juros a incorrer em 01.01.19	(4.099)	(11.145)	(903)	(16.147)
Juros sobre arrendamento	437	1.257	407	2.101
Adição/baixa de contratos - efeito nos juros	-	-	(395)	(395)
Saldo contábil líquido em 31.12.19	5.180	13.700	3.517	22.397
Saldo em 01.01.20	5.180	13.700	3.517	22.397
Parcela do arrendamento	(1.610)	(3.180)	(1.272)	(6.062)
Adição/baixa de contratos - efeito no principal	579	1.621	523	2.723
Juros sobre arrendamento	564	1.272	156	1.992
Adição/baixa de contratos - efeito nos juros	-	33	20	53
Saldo contábil líquido em 31.12.20	4.713	13.446	2.944	21.103
Curto prazo				3.974
Longo prazo				17.129

Os juros sobre arrendamento são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros (não descontados) estão assim distribuídos:

	Controladora e Consolidado
Vencimentos no longo prazo:	
2022	5.949
2023	5.949
2024	5.949
2025	5.949
2026 em diante	9.703
	<u>33.499</u>

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2) / IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos, é correto afirmar que existe um efeito temporal no lucro líquido.

A Companhia possui o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de prédios, construções, equipamentos e instalações. Os efeitos potenciais de PIS/COFINS são apresentados no quadro a seguir:

	Nominal	Ajustado a valor presente
Fluxo de caixa		
Contraprestação do arrendamento	36.794	29.015
PIS/COFINS (9,25%)	3.403	2.684

Conforme o ofício circular CVM 02/2019, a Companhia adotou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação (fluxo real descontado a taxa nominal).

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

No exercício de 2020 não houve renegociações de contratos de arrendamentos.

A Administração avaliou a utilização de fluxos de caixa nominais e taxas nominais, conforme recomendado pela CVM, e concluiu que estes não geram diferenças materiais nas informações apresentadas conforme quadro a seguir:

	Fluxo real		Fluxo nominal	
Controladora e Consolidado	01.01.19	31.12.20	01.01.19	31.12.20
Passivo de arrendamento	41.769	33.499	48.992	40.351
Juros embutidos	(16.147)	(12.396)	(19.687)	(9.420)
	<u>25.622</u>	<u>21.103</u>	<u>29.305</u>	<u>30.930</u>

35. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A Companhia realizou transações que não afetaram o caixa, provenientes de atividades de investimento e, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa.

Durante o exercício de 2020, a Companhia realizou créditos de PIS e COFINS sobre itens do imobilizado de R\$ 751, reconheceu créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS na base de PIS e COFINS e atualização dos mesmos no valor de R\$ 20.475, reconheceu o valor de 2.029 referente à reversão das provisões para perdas de estoque, reconheceu *impairment* de ativos das controladas no valor de R\$ 771 e realizou aporte de capital na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda no valor de R\$ 10.044 integralizados mediante incorporação de ativos florestais.

Durante o exercício de 2019, a Companhia realizou créditos de PIS e COFINS sobre itens do imobilizado de R\$ 1.034, recebeu créditos a receber de cliente em troca de terreno para propriedade de investimento no valor de R\$ 2.432, reconheceu créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS na base de PIS e COFINS no valor de R\$ 143.157, reconheceu *impairment* de operação descontinuada no valor de R\$ 54.856 e aprovou cisão parcial e incorporação de controlada no valor de R\$ 68.536.

36. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Passivos	Passivo de arrendamento	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Passivos	Passivo de arrendamento
	Juros sobre capital próprio e dividendos	Juros sobre capital próprio e dividendos	Juros sobre capital próprio e dividendos	Juros sobre capital próprio e dividendos	Juros sobre capital próprio e dividendos	Juros sobre capital próprio e dividendos
Saldo em 31.12.18	824.875	5.543	-	824.966	5.543	-
Alterações que afetam caixa	(90.885)	(3.725)	(5.982)	(90.930)	(3.725)	(5.982)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(3.725)	-	-	(3.725)	-
Passivo de arrendamento pagos	-	-	(3.893)	-	-	(3.893)
Empréstimos captados	200.512	-	-	200.512	-	-
Emissão de debêntures (Líquido dos custos de captação)	493.609	-	-	493.609	-	-
Empréstimos e debêntures pagos	(763.424)	-	-	(763.469)	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(21.582)	-	-	(21.582)	-	-
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento	-	-	(2.089)	-	-	(2.089)
Alterações que não afetam caixa	104.266	-	28.379	104.274	-	28.379
Passivo de arrendamento - Reconhecimento inicial em 01.01.19	-	-	25.622	-	-	25.622
Passivo de arrendamento - Adição/baixa	-	-	656	-	-	656
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	268.949	-	-	268.957	-	-
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	2.101	-	-	2.101
Hedge Accounting	(164.683)	-	-	(164.683)	-	-
Saldo em 31.12.19	838.256	1.818	22.397	838.310	1.818	22.397
	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Passivos	Passivo de arrendamento	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Passivos	Passivo de arrendamento
	Juros sobre capital próprio e dividendos	Juros sobre capital próprio e dividendos	Juros sobre capital próprio e dividendos	Juros sobre capital próprio e dividendos	Juros sobre capital próprio e dividendos	Juros sobre capital próprio e dividendos
Saldo em 31.12.19	838.256	1.818	22.397	838.310	1.818	22.397
Alterações que afetam caixa	(320.772)	(16.544)	(6.062)	(320.816)	(16.544)	(6.062)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(16.544)	-	-	(16.544)	-
Passivo de arrendamento pagos	-	-	(3.992)	-	-	(2.070)
Empréstimos captados	57.908	-	-	57.908	-	-
Empréstimos e debêntures pagos	(312.152)	-	-	(312.196)	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(66.528)	-	-	(66.528)	-	-
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento	-	-	(2.070)	-	-	(3.992)
Alterações que não afetam caixa	70.748	25.193	4.768	70.753	25.193	4.768
Passivo de arrendamento - Adição/baixa	-	-	2.776	-	-	2.776
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	70.748	-	-	70.753	-	-
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	1.992	-	-	1.992
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	25.193	-	-	25.193	-
Saldo em 31.12.20	588.232	10.467	21.103	588.247	10.467	21.103

37. OPERAÇÃO DESCONTINUADA

Por decisão do Conselho de Administração da Companhia, em setembro de 2019 a Companhia descontinuou as operações de Embalagem de Papelão Ondulado na Unidade de Vila Maria em São Paulo/SP. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os resultados e fluxo de caixa das atividades operacionais da operação descontinuada estão apresentados conforme segue:

Resultado de operação descontinuada

	2020	2019
Receita líquida	-	61.775
Custo dos produtos vendidos	-	(66.245)
Prejuízo (lucro) bruto	-	(4.470)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	-	(12.815)
Resultado financeiro	-	(25.303)
Outras receitas e despesas operacionais	-	(63.460)
Prejuízo operacional antes dos efeitos tributários	-	(106.048)
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Prejuízo de operação descontinuada	-	(106.048)
	31.12.2020	31.12.19

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR) das operações Descontinuadas	-	(106.048)
Reconciliação do lucro líquido com o caixa líquido obtido das atividades operacionais:		
Depreciação, amortização e exaustão	-	4.875
Provisão/reversão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	-	447
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	4.803
<i>Impairment</i> sobre ativo imobilizado	-	54.856
Resultado na alienação de ativo imobilizado	-	264
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	2.699
Juros sobre passivos de arrendamento	-	70
	-	(38.034)
Aumento (diminuição) de ativos:		
Contas a receber	-	26.191
Estoques	-	7.621
Aumento de passivos:		
Fornecedores	-	(3.668)
Obrigações sociais e previdenciárias	-	(197)
Obrigações tributárias	-	163
Caixa usado nas operações	-	(7.924)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	(350)
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento	-	(70)
	-	(8.344)
Caixa líquido usado nas (obtido das) atividades operacionais	-	(8.344)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Aquisição de imobilizado	-	(853)
Recebimento em alienação de ativo imobilizado	-	600
Caixa líquido (obtido das) aplicado nas atividades de investimento	-	(253)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Passivo de arrendamento pagos	-	(420)
Empréstimos e Debêntures pagos	-	(14.485)
Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) atividades de financiamento	-	(14.905)

AUMENTO/(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO EXERCÍCIO	-	(23.502)
---	---	----------